



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

JOANA KAROLINE DA SILVA ELIAS

**O PROGRAMA SER EJA CIDADÃ E AS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL PARA OS SUJEITOS DA EJA NO ESTADO DA PARAÍBA NA
VISÃO DE EDUCADORES**

**JOÃO PESSOA, PB
2022**

JOANA KAROLINE DA SILVA ELIAS

**O PROGRAMA SER EJA CIDADÃ E AS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL PARA OS SUJEITOS DA EJA NO ESTADO DA PARAÍBA NA
VISÃO DE EDUCADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, no período 2021.2, como um dos requisitos para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof^a. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva.

João Pessoa, PB
2022

Catálogo na publicação Seção de

E42p Elias, Joana Karoline da Silva.
O Programa Ser EJA Cidadã e as possibilidades de educação integral para os
sujeitos da EJA no estado da Paraíba na visão de educadores / Joana Karoline da
Silva Elias. - João Pessoa, 2022.
64 f. : il.

Orientação: Eduardo Jorge Lopes da Silva. Trabalho de Conclusão de
Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Programa Ser EJA Cidadã. 3. Educação
integral. 4. Política pública educacional. I. Silva, Eduardo Jorge Lopes da. II.
Título.

UFPB/BS/CE

CDU 374.7(043.2)

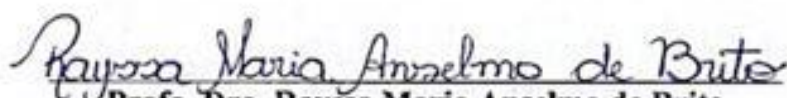
Catálogo e Classificação

BANCA EXAMINADORA



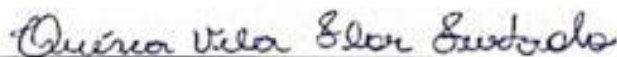
Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva

Centro de Educação
Departamento de Fundamentação da Educação
Orientador



Profa. Dra. Rayssa Maria Anselmo de Brito

Centro de Educação
Departamento de Educação Básica
Examinadora



Profa. Dra. Quêzia Vila Flor Furtado

Centro de Educação
Departamento de Metodologia da Educação
Examinadora

Dedico este trabalho ao meu pai, (in memoriam), que foi e ainda é parte essencial do meu processo de humanização. Bem como a minha mãe, aos meus familiares e ao meu querido orientador, pois, todos eles me ajudam a compreender diariamente o sentido real da educação para a vida.

AGRADECIMENTOS

Eu acredito que o caminho da vida é uma construção coletiva e diária. Que para eu chegar até aqui hoje, muitas mãos me ajudaram ao longo do tempo. A todas essas, o meu mais profundo agradecimento.

Começando pela minha mãe, Marcia Maria da Silva, que desde pequena me levava e me buscava - em sua bicicleta - na escola que ficava a 4km da nossa casa, por querer que a sua filha tivesse uma boa educação, mesmo ela não tendo terminado nem o ensino básico. A ela, todo o meu amor, por não deixar de acreditar na educação como um instrumento de mudança social, apesar de não conhecer o sentido filosófico disso, mas, o que seria do conhecimento crítico sem o conhecimento de vida?

Agradeço ao meu querido companheiro, Tulio da Silva Marques, por ser uma pessoa generosa, que me ajuda, me apoia e me incentiva a acreditar que eu posso *ser mais*. Ficando feliz com todas as minhas conquistas. Passando, inclusive, longas horas me ajudando na construção desse trabalho de conclusão de curso.

Agradeço a minha tia do coração, Maria da Penha da Silva Araújo, por ter custeado um curso preparatório para eu ingressar no Instituto Federal da Paraíba, acreditando que eu poderia ir além do que a realidade da época me apresentava.

Agradeço a minha tia, Marluce Marciano da Silva, por toda ajuda que deu a mim e a minha família, desde que o meu pai morreu. Até mesmo com os materiais escolares.

Agradeço a minha amiga, Ana Beatriz Cosme Gonçalves Ribeiro, pelos dias e mais dias que ela me deixou ficar com o seu notebook, para que eu conseguisse fazer os meus trabalhos acadêmicos, no início da graduação.

Agradeço ao meu orientador, Eduardo Jorge Lopes da Silva, que se tornou um exemplo por toda a partilha de conhecimentos, pela acolhida em seu grupo de pesquisa e por me mostrar o verdadeiro sentido do tornar-se educador.

Agradeço as minhas tias Mônica da Conceição Elias e Salvina da Conceição Elias, por ficarem felizes ao me verem terminar a graduação e ser a primeira pessoa da nossa família a obter uma graduação. Bem como a todos os meus familiares.

“É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança”.

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente investigação, de cunho qualitativo, do tipo estudo de casos, analisa “**O Programa Ser EJA Cidadã e as Possibilidades de Educação Integral para os Sujeitos da EJA no Estado da Paraíba na Visão de Educadores**”. Para tanto, objetivamos discutir como o Programa Ser EJA Cidadã possibilita a educação integral dos sujeitos da EJA no estado da Paraíba. Por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa, as informações foram obtidas a partir das falas de professores entrevistados, bem como de análises de documentos referentes ao programa. As informações foram analisadas por meio da análise crítica do discurso, preconizada por Fairclough (2016). E, para essas reflexões, contamos com o intermédio de autores como: Moll (2012) Freire (2019), Arroyo (2008), Libâneo (1990) e Silva (1999). Por estarmos imbuídos no campo da educação de jovens e adultos, através da participação em pesquisas financiadas pelo Programa de Bolsas Institucionais (CNPq/PIBIC/UFPB), como também, nossa participação no Grupo de Estudos e Pesquisas de Práticas Educativas na EJA (GEPPEEJA), foi que nos impulsionou a escolher esse tema, e, ainda, por sua ligação com a preservação de um dos direitos fundamentais ao ser humano, a educação, porquanto, buscamos constatar se este programa se configura como uma política pública educacional, de educação integral, no contexto escolar, na visão de educadores. Os dados nos permitem inferir que há a desassociação do discurso com relação à prática escolar. Sendo evidenciados na ausência de acompanhamento e diálogo entre a equipe gestora, secretaria, professores e alunos envolvidos no projeto. Bem como a ausência de material e formação, afim de conferir maior clareza quanto as concepções e metodologias que norteiam esse projeto.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Programa Ser EJA Cidadã. Educação Integral. Política Pública Educacional.

ABSTRACT

The present investigation, of a qualitative nature, of the case study type, analyzes “**The Ser EJA Cidadã Program and the Possibilities of Integral Education for EJA Subjects in the State of Paraíba in the View of Educators**”. Therefore, we aim to discuss how the Ser EJA Cidadã Program enables the integral education of EJA subjects in the state of Paraíba. As it is a qualitative research, the information was obtained from the speeches of the interviewed professors, as well as from the analysis of documents referring to the program. The information was analyzed through critical discourse analysis, recommended by Fairclough (2016). And, for these reflections, we rely on the intermediary of authors such as: Moll (2012) Freire (2019), Arroyo (2008), Libâneo (1990) and Silva (1999). Because we are immersed in the field of youth and adult education, through participation in research funded by the Institutional Scholarship Program (CNPq/PIBIC/UFPB), as well as our participation in the Group of Studies and Research on Educational Practices in EJA (GEPPEEJA), was what impelled us to choose this theme, and, also, for its connection with the preservation of one of the fundamental rights of the human being, education, because, we seek to verify if this program is configured as an educational public policy, of integral education, in the school context, in the view of educators. The data allow us to infer that there is a disassociation between discourse and school practice. Being evidenced in the absence of monitoring and dialogue between the management team, secretary, teachers and students involved in the project. As well as the absence of material and training, in order to provide greater clarity regarding the concepts and methodologies that guide this project.

Keywords: Youth and Adult Education. Ser EJA Cidadã Program. Integral Education. Public Educational Policy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GEEJA	Gerência Executiva da Educação de Jovens e Adultos
GEPPEJA	Grupo de Estudos e Pesquisas Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PIBIC	Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNAA	Plano Nacional de Alfabetização de Adultos
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PNE	Plano Nacional de Educação
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovem
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEECT	Secretaria de Educação e da Ciência e Tecnologia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Instrucional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Metodologia e percurso da Pesquisa	14
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PROGRAMA SER EJA CIDADÃ.....	17
2. 1 A Educação de Jovens e Adultos: uma breve história sistematizada e conceitos que se atrelam à educação popular	17
2.2 Educação Integral para além do tempo integral	21
2.3 Programa Ser EJA Cidadã no estado da Paraíba	26
3 AS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA OS SUJEITOS DA EJA QUE INTEGRAM O PROGRAMA SER EJA CIDADÃ NO ESTADO DA PARAÍBA... ..	30
3.1 Compreensão de Educação Integral... ..	30
3.2 Concepção do Programa Ser EJA Cidadã... ..	33
3.3 Possibilidades de Formação integral dos Sujeitos da EJA que Participam do Programa Ser EJA Cidadã... ..	36
3.4 Formação de Professores Para o Programa Ser EJA Cidadã... ..	38
3.5 Acompanhamento do Programa Ser EJA Cidadã... ..	41
3.6 Construção Pedagógica do Programa Ser EJA Cidadã... ..	43
3.7 Desafios da implementação do Programa Ser EJA Cidadã... ..	46
3.8 O Programa Ser EJA Cidadã Enquanto Política Pública de Educação Integral.....	48
3.9 Mudanças Pedagógicas Advindas da Implantação do Programa Ser EJA Cidadã... ..	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICES	61

1 INTRODUÇÃO

Desde que o homem começou a dominar o conhecimento acerca dos processos de trabalho, a sociedade passou a conviver com dois tipos de educação, aquela voltada para o serviço - com pouco ou nenhum conhecimento intelectual - e aquela voltada para a compreensão do processo de serviço - com todo ou quase todo conhecimento intelectual.

Com essa separação, aqueles que eram detentores da educação voltada para a compreensão do processo de serviço, possuíam poder sobre os outros sujeitos e os dominavam, porquanto que, detendo todo o conhecimento intelectual, decidiam o que iria ser ensinado a todos. Deixando lacunas educacionais de tal modo que a educação passou a ser um instrumento poderoso de dominação social. Esse processo de separação histórica e ontológica do trabalho e da educação (SAVIANI, 2007) resultou na divisão de classes da qual nós fazemos parte.

Atualmente, no Brasil, vivemos o reflexo dessa divisão, uma vez que, estudos recentes apontam que a desigualdade social dos últimos anos é a pior em duas décadas¹, em decorrência também da pandemia do coronavírus, que promoveu o aumento crítico dessa desigualdade. Todavia, o acúmulo de riquezas se perpetua no nosso país desde a colonização e, hoje, 1% da nossa sociedade domina quase 50% da riqueza nacional, enquanto os outros 99% dividem os 50% restantes (ELIAS, 2021).

A vista disso, a educação se concretiza como um instrumento dual, pois, ao mesmo tempo que podemos utilizá-la para dominar dada sociedade, de igual modo podemos utilizá-la como ponte no caminho de mudança e reparação social, porquanto que, uma educação de qualidade, crítica e reflexiva, pode oferecer os subsídios necessários para a concretização da equidade e da preservação dos direitos humanos, fundamentais ao desenvolvimento dos sujeitos, em todas as suas dimensões.

Compreendendo cada ser humano como um ser político, um ser que pensa, que faz parte de um grupo social, que toma decisões, que têm sentimentos, fundamental para uma sociedade verdadeiramente democrática, enfatizamos a importância de uma educação integral.

Entendemos por educação integral aquela que subsidia o processo de humanização do homem (FREIRE, 2019) de maneira individual e coletiva, ao passo que, ela perpassa todos os eixos do desenvolvimento humano: físico, emocional, cultural e social. Desse modo, educar integralmente os sujeitos não significa necessariamente ampliar o tempo da sua jornada de ensino, mas sim, mediar o conhecimento crítico que os leve à autonomia e ao domínio das suas

¹ Disponível em: [Desigualdade no Brasil cresceu \(de novo\) em 2020 e foi a pior em duas décadas | CNN Brasil](#)

próprias vidas. Tornando-os cidadãos conscientes, capazes de lutar por aquilo que acreditam, em prol de si mesmo e do todo social ao qual fazem parte, seja dentro ou fora da escola.

Por esse motivo, discutimos a educação integral, de modo específico, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao passo que, entendemos a EJA como modalidade de ensino capaz de reparar as desigualdades sociais causadas pela visão marginalizada da elite brasileira para com os jovens e adultos analfabetos do nosso país (CRUZ; GONÇALVES; OLIVEIRA, 2018). Desse modo, buscamos conhecer quais os mecanismos que as políticas educacionais oferecem para que esta reparação de fato ocorra na prática do processo educativo.

Com base nestes pressupostos, o Trabalho de Conclusão de Curso ora apresentado, tem como temática **as possibilidades de oferta de educação integral por parte do Programa Ser EJA Cidadã no estado da Paraíba na visão de educadores**, porquanto que, este programa segue a unidade de ensinodo Programa Escola Cidadã Integral. O que significa que ambos os programas seguem os mesmos princípios norteadores no que diz respeito à formação dos educandos.

O Programa Ser EJA Cidadã é um programa que foi implementado na Paraíba no segundo semestre de 2018, no governo de Ricardo Coutinho, com o objetivo de promover educação baseada na troca de experiências articuladas entre professores(as), gestores(as), coordenação pedagógica e estudantes (PARAÍBA, 2020). Acerca do tempo, do espaço e do currículo da EJA e, por meio de fóruns temáticos, pensados a partir da própria vida dos educandos, pelos próprios educandos, das suas identidades e necessidades.

A proposta do **Programa Ser EJA cidadã** prevê colocar o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo esse indivíduo como sujeito de direitos, com o intuito de oferecê-lo protagonismo pedagógico na sua trajetória educativa, através da sua trajetória devida, buscando, assim, efetivar seus sonhos e seus direitos humanos.

Fundamentados nestes elementos, definimos como problema de pesquisa, a seguinte questão: Como o programa Ser EJA Cidadã possibilita a educação integral dos sujeitos da EJA no estado da Paraíba na visão de educadores? Esta foi a questão que norteou os nossos estudos.

Quanto à justificativa, sabemos que no Brasil existe uma deficiência histórica no processo formativo e de escolarização para os sujeitos da EJA, resultante da estruturação social do país. Em razão disto, ainda hoje se oferecem oportunidades diferentes de acordo com as classes sociais. Em face disto, dificulta-se o desenvolvimento igualitário dos cidadãos no tocante às questões sociais, políticas e econômicas e, buscando maneiras científicas de reparação dessa desigualdade, justificamos a relevância social da nossa pesquisa.

Compreendendo a importância da educação como instrumento essencial no caminho de mudança, consideramos academicamente relevantes os estudos que são feitos acerca dela.

Sendo assim, estudar o programa Ser EJA Cidadã e as possibilidades de Educação Integral que ele oferece para os jovens e adultos paraibanos, abre margem para nós, pesquisadores das Ciências Humanas, da área da Educação, acrescentarmos as nossas contribuições teóricas e metodológicas a respeito dos resultados do programa no nosso estado.

Partimos desse mesmo princípio para justificar o nosso interesse pessoal na pesquisa, pois, acreditamos que só a educação – mas não sozinha – é capaz de transformar essa realidade, tornando a tratatidade programas como este um ato fundamental para que os jovens e adultos – e idosos – possam se sentir parte importante do todo social, como realmente são. Porquanto que, frequentar a EJA deve ser bem mais do que uma maneira técnica de obter um certificado de conclusão de ensino básico. E, enquanto educadores, cabe a nós darmos importância, voz e vez a esses sujeitos, não só para que os seus direitos humanos sejam efetivados, mas, para que eles se tornem pessoas críticas, capazes de intervir e de entender o que acontece à sua volta, em todas as dimensões.

Além do que, ao me debruçar sobre os estudos acerca da educação integral, a partir das minhas participações no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022, bem como a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos (GEPPEEJA), percebi que esta seria a educação que eu quero construir em conjunto com os meus alunos, para que eles não sejam sujeitos abastados da realidade, uma vez que, eles são a própria realidade. E a EJA entra nesse contexto depois de um questionamento feito em uma das aulas de didática, na qual o professor José Ramos Barbosa refletiu sobre o “por quê” de os educandos da EJA não terem uma educação que supere os conteúdos programados. Nesse dia eu (re)confirmei o meu interesse pela EJA, pois, pensei na minha mãe, que como muitos brasileiros e brasileiras, não terminou os estudos no tempo regular, e, portanto, faz parte dessa modalidade, uma vez que a EJA não é apenas a sistematização do ensino, mas é a humanização do homem, que aprende ao existir nesse mundo, sendo parte do mundo.

Diante do exposto, estabelecemos como objetivo geral da pesquisa discutir como o Programa Ser EJA Cidadã possibilita a educação integral dos sujeitos da EJA no estado da Paraíba na visão de educadores. E, a partir deste, elencamos os seguintes objetivos específicos: analisar as falas dos entrevistados sobre o programa Ser EJA Cidadã e sobre a educação integral; compreender os objetivos pelos quais resultaram na implantação do programa Ser EJA Cidadã nas escolas do estado da Paraíba; identificar quais os desafios pensados e propostos inicialmente pelo programa Ser EJA cidadã para a modalidade da EJA; avaliar as possibilidades formativas do programa, que emergiram com a implementação do programa.

1.1 Metodologia e percurso da Pesquisa

Segundo Richardson (2012, p. 70), “método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”. Sendo assim, optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa que, segundo Gil (2008, p. 109) “[é] “uma forma de interação social [que se configura como] diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

A base da pesquisa foi de natureza exploratória e explicativa, com o intuito de dispor de uma análise mais aprofundada e detalhada sobre a questão tratada após a pesquisa de campo. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiarização com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Ainda segundo esses mesmos autores, a pesquisa explicativa “explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos” (*Ibidem*, p. 35).

Para desenvolvimento da pesquisa, a metodologia científica adotada foi empírica, e se deu a partir de uma análise crítico-dialética sobre o objeto de estudo, uma vez que, o fenômeno estudado ocorre dentro do espaço sócio-histórico, e, portanto, se dá por diversos fatores. Essa posição, segundo Diniz e Silva (2008), busca compreender e explicar os fenômenos em relação aos fatos ligados à sociedade. Por isso, contamos com o auxílio de autores como: Freire (2019), Arroyo (2008), Moll (2012), Fairclough (2016), entre outros, para fundamentar a nossa pesquisa.

Além do que, é necessário falarmos sobre as políticas educacionais e compreendê-las, pois, estas são oferecidas a toda uma população. População que em sua maioria não tem voz nos discursos que constituem as políticas públicas ofertadas a elas mesmas. Por isso, analisamos criticamente as falas dos sujeitos, porquanto compreendemos a existência de um contexto social, cultural, econômico e educativo por trás do Programa Ser EJA Cidadã.

A presente pesquisa é o resultado final do **Trabalho de Conclusão de Curso II**², sob a orientação do professor Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva. Trata-se de um estudo de caso, ao passo que, desenvolvemos um estudo amplo e detalhado acerca de um único objeto (GIL, 2008), a implantação do Programa Ser EJA Cidadã, de maneira a conhecê-lo bastante,

² O presente componente curricular é ministrado pelo professor Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva.

analisando-o como uma política educacional, pensada e posta em prática pelo governo paraibano, com bases nas informações coletadas e detalhadas a seguir. Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UFPB e aprovado no Número do Parecer: 5.431.377.

No mês de janeiro de 2022, entrei em contato com a Gerência Executiva da Educação de Jovens e Adultos do estado (GEEJA), por meio de ligação, para solicitar a análise do referido projeto, bem como para agendar duas entrevistas, sendo uma delas com a Gerente Executiva da EJA e outra com o Secretário, mas não consegui falar com eles no momento. Sendo assim, encaminhei um e-mail com o projeto de pesquisa juntamente com um termo de anuência, para fins de análise da Gerente, que respondeu o e-mail dizendo que iria encaminhar os documentos para o setor responsável e pediu para que eu aguardasse.

No mês seguinte, entrei em contato com ela novamente, através de ligação e do aplicativo de mensagens Whatsapp. A pessoa que atendeu, muito solícita, informou que em uma semana poderíamos ligar novamente, para marcarmos a entrevista, receber o termo de anuência assinado, bem como os documentos que serviriam para nossa análise. Todavia, não obtivemos sucesso de contato nas semanas seguintes. A vista disso, optamos por mudar os sujeitos da pesquisa, agora, dois professores da rede estadual de ensino, que participaram da implantação do Programa Ser EJA Cidadã no nosso estado. Portanto, o foco do nosso estudo continuou sendo a implementação do programa.

No mês de abril, entramos em contato com os professores e eles se prontificaram a conceder as entrevistas e os materiais que receberam na formação que tiveram para atuar no Programa EJA Cidadã. Ainda nesse mesmo mês eles repassaram esse material para nós e assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em maio fizemos o procedimento de colher as entrevistas.

Fomos até a casa do primeiro professor(a) que será chamado(a) pelo pseudônimo **Educadora 1** no dia 2 de maio de 2022, chegando lá colhemos a entrevista. No dia 3 de maio de 2022, colhemos a entrevista do segundo professor(a) que será chamado(a) pelo pseudônimo **Educador 2**. Estes sujeitos serão chamados assim por questões éticas, seguindo a orientação da resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Foram eles que nortearam as discussões acerca do programa Ser EJA Cidadã e a possibilidade de Educação Integral para os sujeitos da EJA, a partir dos seus depoimentos.

Sendo assim, apoiando-se na crítica social, que, segundo Richardson (2012, p. 94), “é uma compreensão consciente do investigador do processo de pesquisa”, a amostra da pesquisa contou com dois professores(as), com o Guia de Orientações da EJA (PARAÍBA, 2020), bem

como com as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (PARAÍBA, 2020), disponível no site na Secretaria do Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT). Todos esses sobre o Programa Ser EJA Cidadã. Salientamos que, “entendemos como documento qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação” (PRADANOV; FREITAS, 2013, p. 56).

Como técnica para a coleta e produção de dados, optamos pela entrevista semiestruturada, que é “um conjunto estruturado de questões” (GOMES; LIMA; SILVA, 2004, p. 40), organizada a partir de um roteiro de perguntas em anexo, para promover o aprofundamento do tema em questão. Esse instrumento de coleta de dados serve para extração de informação, segundo Rosa e Arnoldi (2006).

Após a coleta de dados, foi feita uma análise crítica do discurso (ACD) das entrevistas concedidas pelos participantes da pesquisa. A ACD foi feita de maneira tridimensional (FAIRCLOUGH, 2016), buscando elencar as informações que se identificam entre elas, entendendo que os discursos são resultantes das práticas sociais, das práticas do discurso e do próprio texto em si, portanto, são cheios de ideologias. E, por ser uma produção social, segundo Fairclough (2016), acarreta mudanças sociais que são direcionadas pelas relações de poder e dominação existentes, como efeito de dada cultura, ao passo que, a cultura produz a intertextualidade entre conhecimento, crença e identidade social. Bem como fizemos a análise dos documentos referentes ao programa Ser EJA Cidadã, com o interesse de identificar a intertextualidade desses contextos com relação aos discursos que eles produzem (FAIRCLOUGH, 2016), a fim de constatar o real conceito de educação integral que existe no programa em questão para a EJA.

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo é introdutório, incluindo a metodologia e o percurso metodológico da pesquisa. O segundo capítulo discorre sobre a história sistematizada da EJA, conceituando a referida modalidade por uma perspectiva humanizadora da formação do sujeito, atrelando esse conceito ao conceito de educação popular, bem como fundamenta teoricamente a educação integral para além do tempo integral na escola, trazendo também informações sobre o Programa Ser EJA Cidadã no estado da Paraíba e os objetivos propostos por ele. O terceiro capítulo analisa e discute o Programa Ser EJA Cidadã como possibilidade de educação integral para os sujeitos da EJA no estado da Paraíba enquanto política pública de educação, com base nas falas dos sujeitos entrevistados e nas fontes documentais levantadas. E o quarto capítulo traz as considerações finais acerca dos achados da pesquisa. Finalizando com as referências e o anexo da entrevista.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PROGRAMA SER EJA CIDADÃ

No presente capítulo nos propomos a discorrer sobre as três principais categorias e objeto da nossa pesquisa de TCC, a educação de jovens e adultos, a educação integral e o programa Ser EJA Cidadã.

2.1 A Educação de Jovens e Adultos: uma breve história sistematizada e conceitos que se atrelam à educação popular

Qualquer tentativa de discorrer sobre a história completa da EJA seria fracassada, pois, a EJA abarca muito mais do que o ensino escolar propriamente dito, ela começa na vida dos educandos, nas suas experiências e pluralidades (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Portanto, a história em questão diz respeito aquela sistematizada, que trata da trajetória de escolarização na EJA, a fim de discuti-la como política educacional e social.

Ainda na época da colonização, através da catequese oferecida pelos jesuítas, notasse indícios de uma Educação de Jovens e Adultos, uma vez que, os índios adultos eram expostos “[...] a alfabetização e a transmissão da língua portuguesa servindo como elemento de aculturação dos nativos” (FRIEDRICH *et al.*, 2010, p. 394). Enfatizando que desde a época em questão, os interesses dos opressores se sobrepõem aos interesses dos oprimidos, posto que, com a chegada da família real no Brasil, surgiu a carência de trabalhadores para atender as exigências da aristocracia. Desse modo, “[...] implantou-se o processo de escolarização de adultos com o objetivo de servirem como serviçais da corte e para cumprir as tarefas exigidas pelo Estado” (*Ibidem*, p. 394).

Nos períodos posteriores, a educação de jovens e adultos continuou ligada aos interesses elitistas de ensinar direitos e deveres aos colonos, bem como a escrita aos indígenas, uma vez que, para votar, por exemplo, os sujeitos não podiam ser analfabetos, haja vista que, os analfabetos eram considerados pessoas incapazes e inaptas socialmente (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

No começo do século XX, mais precisamente nas décadas de 1920 e 1930, com o processo de industrialização, intensificam-se as discussões sobre a EJA enquanto política de ensino, em âmbito nacional. Cria-se o Plano Nacional de Educação, em 1934, que estabelece a educação de adultos como direito constitucional. Nos anos 1940 nasce o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para atender aos interesses de desenvolvimento industrial,

ao passo que, a sociedade elitista compreendia que sem um ensino profissionalizante o país não cresceria (FRIEDRICH et Al., 2010). Vinculando a educação de adultos ao processo de trabalho, posto que, a falta de crescimento econômico da época foi atrelada ao analfabetismo. Desse modo, a educação de jovens e adultos servia para atender interesses políticos, por se restringir, até então, apenas à alfabetização dos sujeitos.

Em 1958, no Congresso Educação de Adultos, o grupo de Paulo Freire ganha destaque.

Este grupo se constituía em um movimento de educação voltado para o desenvolvimento da educação de adultos, com críticas muito fortes à precariedade dos prédios escolares, a inadequação do material didático e à qualificação do professor. O momento [do congresso] também se caracterizou por inovações pedagógicas enfatizando uma educação com o homem e não para o homem. Propunha uma renovação dos métodos e processos educativos, abandonando os processos estritamente auditivos em que o discurso seria substituído pela discussão e participação do grupo (FRIEDRICH et.al, 2010, p. 396).

Demonstrando que existia certo interesse de incluir a população adulta e pobre nos diálogos educacionais, a partir das suas especificidades, posto que, depois desse congresso, emergem o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA) dirigido por Freire, bem como outros movimentos de luta pela alfabetização de adultos, em prol de um fortalecimento social (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Todavia, com a ditadura militar em 1964, a educação de adultos volta a focar no ensino alfabetizador, a exemplo do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que foi uma proposta destituída de reflexões críticas e problematizadoras, vindo a ser substituído em 1985 pela Fundação Educar, “[...] vinculada ao MEC, com a finalidade de prestar apoio financeiro e técnico a programas de alfabetização” (PARAÍBA, 2003, p. 50), que termina no ano de 1990.

Em 1988, com a nova Constituição Federal, a EJA é concebida como modalidade de ensino. Mas é nos anos 1990 que as discussões sobre educação de jovens e adultos ganham força novamente no cenário nacional, principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que embora faça menção aos modelos educacionais antigos, substituiu o termo Ensino Supletivo - que era um ensino voltado para a certificação - por EJA - que é um conceito que compreende os diversos processos formativos do sujeito e não mais só o ensino sistematizado.

A nova LDB [...] quando se refere a jovens e adultos, nomeia-os não como aprendizes de uma etapa de ensino, mas como educandos, ou seja, como sujeitos sociais e culturais, jovens e adultos. Essas diferenças sugerem que a EJA é uma modalidade que construiu sua própria especificidade como educação, com um olhar sobre os educandos (ARROYO, 2008, p. 224).

Dado que, a EJA agora seguiria uma perspectiva de inclusão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional conceitua a modalidade como sendo o atendimento a jovens e adultos que não participaram das etapas de ensino na idade considerada apropriada. Essa afirmativa não necessariamente se atrela somente ao fato da idade. Definindo a EJA “[...] pelas características e especificidades dos sujeitos jovens e adultos excluídos dos processos formais de escolarização” (FONSÊCA, 2013, p. 01), sejam por fatores socioeconômicos ou pelas incapacidades do sistema de ensino. Desta forma, as novas práticas sociais devem (re)significar essa modalidade, “[...] exigindo outras formulações para compreender e aprender os sentidos do direito a essa educação” (PAIVA, 2006, p. 02).

Simultaneamente, ocorre a descentralização política da EJA, que passa a ser responsabilidade dos municípios, acarretando a ausência de investimento nessa modalidade - que nunca foi bem assistida. Apenas em 2003 é que o Ministério da Educação volta a assumir a responsabilidade da EJA, com a criação do programa Brasil Alfabetizado, no governo Lula (2003-2010), que também instituiu a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, para acompanhar a execução do referido programa (PARAÍBA, 2003).

A criação do Programa Brasil Alfabetizado envolveu concomitantemente a geração de suas três vertentes de caráter primordialmente social para a modalidade de EJA. Primeiro, o Projeto Escola de Fábrica que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos. Segundo, o PROJOVEM que está voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos, com escolaridade superior a 4ª série (atualmente o 5º ano), mas que não tenha concluído o ensino fundamental e que não tenha vínculo formal de trabalho. [...] Terceiro, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio (FRIEDRICH *et al.*, 2010, p. 401).

Desse modo, o governo Lula (2003-2010) deu maior viabilidade política e social a EJA, por construir iniciativas amplas acerca da mesma. Estabelecendo ações profissionalizantes. Criando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), posteriormente chamada por Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), colocando o público da EJA nos programas de assistência estudantil (BARROS; GUEDES; ANDRADE, 2018). Porém a SECADI foi extinta no atual governo Bolsonaro (2019-atual) e substituída por um PNA (Plano Nacional de Alfabetização), que despreza a perspectiva freireana e o avanço conceitual relacionado a Educação de Jovens e Adultos.

Logo, os problemas da EJA continuaram, talvez porque ainda falta um pensamento ampliado acerca da educação de jovens e adultos, principalmente no que diz respeito à política

da EJA e o seu currículo, uma vez que, ainda utilizamos metodologias desconexas da realidade desses sujeitos, ignorando a nossa heterogeneidade e utilizando “[...] o ensino infantil no processo de aquisição de conhecimento do adulto” (BARROS; GUEDES; ANDRADE, 2018, p. 10).

Sendo assim, conceituamos a EJA como modalidade de ensino que:

[Tem] o ser humano e sua humanização como problema pedagógico. Não [reduz] as questões educativas a conteúdos mínimos, cargas horárias mínimas, níveis, etapas, regimentos, exames, avanços progressivos, verificação de rendimentos, competências, prosseguimentos de estudos etc. Institucionalizar a EJA nesses estreitos horizontes [seria] pagar o preço de secundarizar os avanços na concepção de educação acumulados nas últimas décadas (ARROYO, 2008, p. 225).

Nessa perspectiva, não tem como tratarmos da EJA apenas por seu caráter formal de ensino, posto que, os sujeitos da EJA são jovens, adultos e idosos que chegam na escola com um conhecimento próprio de vida. Justificando a importância da educação popular para a EJA, ao passo que, ambos os conceitos “[...] enfatizam uma visão totalizante do jovem e adulto como ser humano, com direito a se formar como ser pleno [...]” (ARROYO, 2008, p. 226).

Sendo assim, a educação popular possibilita a ampliação da concepção de educação de jovens e adultos, e do seu caráter de formação humanizadora e crítica. Bem como possibilita a desconstrução da exclusão dos mesmos dos processos sociais de desenvolvimento. Reconhecendo a cultura do indivíduo e do coletivo enquanto metodologia educativa, resultando em propostas de ensino concretas, de experimentação e questionamento da realidade, através de projetos pensados por eles e para eles.

Desse modo, trabalhar a EJA com o intermédio da Educação Popular, se torna uma possibilidade de resistência da modalidade, que vem sofrendo muitos desmontes na atualidade, devido ao modelo econômico capitalista neoliberal em ascensão (LIBÂNEO, 2011). Bem como possibilita a educação para a liberdade, a fim de contrapor-se à educação bancária (FREIRE, 2019) direcionada a EJA, e a hegemonia de um grupo que tenta impor a sua crença como única e universal.

[Posto que] a Educação Popular é uma inspiração teórica e vivencial, mas é também um sonho que pode ser vivido em nossas práticas de reinvenção da EJA [onde o outro adquire centralidade no processo educativo, ela ajudaria efetivamente na democratização da EJA, abrindo espaço para diálogos e compartilhamento de saberes. Uma vez que] somos seres de relação. Essas relações estabelecidas no âmbito das práticas pedagógicas podem nos lançar no movimento de reinvenção da EJA, no diálogo com os sujeitos demandantes dessa Educação de Jovens e Adultos. Através da escuta, da partilha, em comunhão, podemos construir espaços de humanização e de contra-internalização da lógica excludente (FERREIRA; CAMPOS, 2017, p. 74).

Portanto, é urgente a mudança no modo de ser e de pensar a EJA e suas pedagogias, tanto para assegurarmos o acesso dos indivíduos pertencentes a EJA, quanto para assegurarmos a permanência deles nas salas de aula. Pois, relacionando os conceitos de educação de jovens e adultos e de educação popular, poderemos identificar as causas primárias dos problemas que perpassam a EJA, a exemplo da segregação, da desigualdade social e da marginalização.

Posto isso, fica claro que historicamente a EJA vem sendo abastada do processo de educação crítica e conscientizadora. Haja vista que, as classes dominantes não consideravam necessária a educação dos trabalhadores, porquanto que, os trabalhos eram exercidos de maneira manual e precisava apenas de conhecimentos mínimos (CRUZ; GONÇALVES; OLIVEIRA, 2012), ou seja, o sujeito precisava saber apenas como fazer o seu trabalho, mas não o “porquê” de fazê-lo.

Comprovando-se por meio das inquietações dos próprios sujeitos dos quais possuem pouca ou nenhuma escolaridade. Os mesmos desejam primeiramente que os seus filhos tenham uma educação diferente das que eles tiveram – ou não tiveram (PAIVA, 2006). Sem se reconhecerem enquanto cidadãos de direitos, que também devem receber de uma boa educação, própria do indivíduo a se tornar um ser mais (FREIRE, 2019), entendendo que o processo de humanização do homem é constante.

Diante do que foi exposto, falar sobre educação integral, dentro da modalidade de EJA, no contexto do Programa Ser EJA Cidadã, é relevante para que possamos entender quais os seus reais objetivos, como ela toca a qualidade do ensino e como ele contribui para a formação dos educandos no estado da Paraíba, em todas as dimensões. Uma vez que, em seu discurso, julga se opor aos modelos tradicionalistas de ensino, utilizando como base os círculos de cultura, preconizados por Paulo Freire, para promover uma educação cidadã (PARAÍBA, 2020).

2.2 Educação integral para além do tempo integral

Ao longo de todo o desenvolvimento social e cultural, os interesses econômicos norteiam os rumos pelos quais as sociedades devem seguir. Sendo assim, a globalização, enquanto instrumento de universalização econômica (LIBÂNEO, 2011) tem influência direta no modelo econômico capitalista vigente no Brasil. Deste modo, se propaga um discurso neoliberal na nossa sociedade, que reflete nas

várias esferas da vida social, [inclusive na esfera política, na qual] os interesses políticos vão sendo subordinados às regras da mundialização da economia [e na esfera educacional, que] deixa de ser um direito e transforma-se em serviço, mercadoria (LIBÂNEO, 2011, p. 7-8).

Por essa perspectiva, é coerente afirmarmos que existe a ascendência neoliberal no tocante às políticas públicas educacionais. Visando transformá-las em produto, através da educação ofertada. Atendendo a interesses particulares, que possuem em suas principais especificidades a educação diferenciada por classes sociais (LIBÂNEO, 2011), o controle da sociedade e a formação dos sujeitos com enfoque nas exigências do mercado de trabalho. Pensando nos resultados quantitativos – maior número de pessoas aptas a exercer determinada função social sem conhecimento crítico – e não nos qualitativos – maior número de pessoas capazes de entender a função social que exercem de maneira crítica.

Em detrimento da proposta neoliberalista de tornar a educação mercadoria, é importante ressaltarmos as políticas públicas que contribuem para a formação integral dos educandos, em seus aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos, a qual Jaqueline Moll (2012) conceitua, com base nas concepções de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro, enquanto projeto educacional que supera o fato de ampliação do tempo de ensino e, na verdade, busca “uma formação abrangente, que [abarca] o campo das ciências, das artes, da cultura, do mundo do trabalho, por meio do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, político, moral” (MOLL, 2012, p. 129). Com a intenção de superar as desigualdades sociais incitadas pela cultura marginalizada das classes menos favorecidas. Seja dentro da escola ou fora dela.

Sendo assim, os diálogos acerca da educação integral não são novos. No Brasil, surgem nas décadas de 1920 e 1930 com o Manifesto dos Pioneiros e com o pensamento de Anísio Teixeira, que compreende a educação enquanto elemento fundamental no processo de desenvolvimento dos sujeitos (TEIXEIRA, 1977). **Ao passo que, ela é um direito e, não um privilégio.** Por conseguinte, sua integralidade também. Muito embora, só se configura como Lei em 1988 com a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Além do que, a educação integral se tornou uma das metas do nosso II Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela então presidenta Dilma Rousseff (2011- 2016), através da Lei 13.005/2014, que prevê a extensão do tempo de ensino, como também prevê a articulação da escola com os diferentes espaços de desenvolvimento social.

Assim, colaborando com o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, lançado em 2007, por meio de um Decreto Lei de número 6.094/2007, no governo Lula (2003-

2010), que propõe a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, bem como aspira, em seu artigo XXIV

integrar os programas da área de educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultural, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola (BRASIL, 2007).

Consentindo com a Lei 9.394/1996, em seu artigo 2º, que estabelece um papel social à educação, reconhecendo a importância de educar para a cidadania, com base nos pressupostos de solidariedade e liberdade, em consonância com as outras instâncias sociais, ou seja, a LDB vigente propõe uma educação que não se restringe aos conteúdos científicos.

Desse modo, sendo o desenvolvimento pleno do sujeito um direito, a educação integral não trata apenas da ampliação do tempo de permanência na escola, ela vai além do ensino³. É uma educação que deve ser problematizadora, voltada para a realidade do próprio educando, para as suas particularidades e necessidades, porquanto que,

os problemas da educação no Brasil não perpassam exclusivamente pelo aumento da carga horária, e sim por uma reestruturação da concepção de educação que proporcione encararmos as desigualdades sociais. [nessa perspectiva, a educação integral] Apresenta um sentido de religação da ação intencional da escola com a vida de forma ampla, uma prática político-social que visa interferir não só nas pessoas, mas na sociedade como um todo (DUTRA; MOLL, 2018, p. 822).

Portanto, a educação aqui conceituada, diz respeito a uma prática pedagógica que contribui para a liberdade intelectual dos sujeitos, e não para a dominação deles. Propondo uma articulação entre as escolas, as comunidades, os espaços formativos e os educandos, para que essa política social seja, de fato, vivenciada no contexto da educação pública do nosso país.

Chamando a atenção para o verdadeiro sentido da educação, que é educar para a vida, dando ênfase à qualidade social do que pode e deve ser produzido através do chão da escola - os alunos. O que daria uma sustentação ainda mais sólida e concreta a todo o processo de ensino e aprendizagem, de tal modo que os educandos se encontrariam dentro daquilo que eles estudam. Tomando consciência social, cultural, política e econômica do lugar que ocupam e assim poderiam romper com a relação oprimido e opressor (FREIRE, 2019) existente.

Todas essas informações tornam a educação integral um instrumento importante para diminuirmos dados socialmente relevantes, como os de analfabetismo e analfabetismo

³ Segundo Arroyo (2008), **ensino** é um termo restritivo, diferente de **educação**, que é amplo e engloba todo o processo de humanização do homem.

funcional levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019⁴, mostrando que, mesmo caindo 0,2 pontos percentuais, 11 milhões de brasileiros ainda são totalmente analfabetos e 38 milhões de brasileiros são analfabetos funcionais. Uma vez que, esses dados são reflexo de uma educação que não dialoga “[...] entre o fazer e o pensar sobre o fazer [pois] o pensar certo⁵ que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz” (FREIRE, 2019, p. 39).

A vista disso, o ato educativo posto em prática no Brasil se mostra defasado no tocante à educação crítica dos sujeitos, prejudicando o exercício democrático da cidadania, ao passo que, sem conhecimento crítico o sujeito não consegue se reconhecer enquanto sujeito de direitos, sendo esse processo de reconhecimento de si “[...] incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado” (FREIRE, 2019, p. 39).

A falta de uma educação integral, também corrobora para a propagação de um papel marginalizador da população mais pobre (SAVIANI, 2012), criado justamente pela elite do nosso país, com um viés discriminatório à educação, e segregando a maior parte da população do todo social, afastando ainda mais a nossa sociedade de viver uma realidade de equidade e igualdade entre todos os brasileiros. Desse modo,

enquanto esta ainda existir, devem intensificar-se os esforços educativos; quando for superada, cumpre manter os serviços educativos num nível pelo menos suficiente para impedir o reaparecimento do problema da marginalidade (SAVIANI, 2012, p. 4).

Seguindo essa perspectiva, devemos realizar esforços educativos para reverter a atual situação do campo educacional brasileiro e, conseqüentemente, do campo social, já que ambos não se desvinculam. E se não se desvinculam, o ato educativo deve ser voltado para o ato social de construção identitária de si mesmo em favor do reconhecimento dos outros enquanto sujeitos de direitos. Para isso, mais do que conhecimentos pragmáticos, a educação deve subsidiar os conhecimentos culturais que levem os sujeitos a pensarem acerca das suas realidades, resgatando o caráter socializador da escola, ressignificando o conceito de ensinar e de aprender.

Creio que uma das razões que explicam esse descaso em torno do que ocorre no espaço-tempo da escola, que não seja a atividade ensinante, vem sendo uma compreensão estreita do que é educação e do que é aprender. No fundo, passa despercebido a nós que foi aprendendo socialmente que mulheres e

⁴ Disponível em: [Educação | Educa | Jovens - IBGE](#)

⁵ O **pensar certo**, para Freire (2019), não é um conhecimento isolado, que se esgota em si mesmo, mas é um conhecimento (co)participativo, construído pelo professor em conjunto com os educandos.

homens, historicamente, descobriram que é possível ensinar. Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação (FREIRE, 2019, p. 44-45).

Essa falta de compreensão ampliada do ato de ensino e aprendizagem, deixa de lado questões relevantes que perpassam o dia a dia dos educandos. Tornando o processo de aquisição do conhecimento algo vazio, onde, muitas vezes, o sujeito não aprende verdadeiramente, só reproduz aquilo que é passado para ele. E mais, não consegue questionar o “porquê” de estar estudando determinado assunto. Fazendo com que a engrenagem mecânica da educação persista. Todavia, não é esse mecanismo que importa. Quando falamos de educação humana, vale muito mais a colaboração para a construção da compreensão dos sentimentos e das emoções, “[...] da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser “educado”, vai gerando coragem” (FREIRE, 2019, p. 45), que nós, enquanto seres humanos, carregamos conosco.

Então, ainda que existam políticas públicas de educação que abrem margem para uma educação conscientizadora, precisamos colocá-las em prática de fato. Mas isso só acontecerá quando entendermos a importância da horizontalidade da educação, no intuito de compreendermos que o real sentido da educação é o próprio aluno, e se o aluno é ele mesmo o sentido da educação que recebe, o que dizer da sua vida? da sua comunidade? da sua classe social? da sua situação econômica? Todos esses pontos são eixos que perpassam o desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos, bem como a educação, que é ou pelo menos deveria ser, um processo constante de problematização com interesse em um outro mundo possível (GADOTTI, 2007), onde outra educação é necessária.

Posto isso, a educação integral, quando direcionada a todos os cidadãos, terá um papel marcante no caminho reparatório da história segregacionista, racista, elitista e tradicionalista do nosso país. Onde, todas as modalidades de ensino devem e merecem a atenção necessária, em prol da garantia dos direitos firmados na nossa Constituição de 1988, em seu artigo 205⁶, reiterando a educação como um direito humano, que deve ser incentivado pela sociedade e garantido pelo Estado. Bem como o artigo 227, que enfatiza o direito dos cidadãos brasileiros de se desenvolverem plenamente por intermédio da educação.

Todavia, nós nos enfocamos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois compreendemos a importância das lutas dos movimentos sociais para garantir educação para

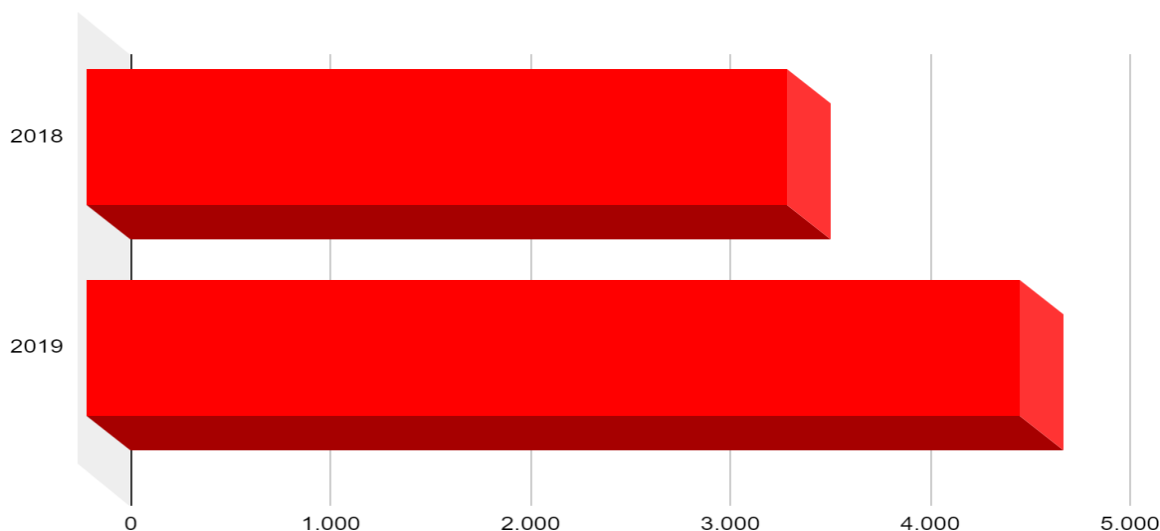
⁶ Disponível em: [CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 – ARTIGOS 205, 206, 208, 212, 214 \(sinesp.org.br\)](https://sinesp.org.br)

todos em favor da diminuição das desigualdades sociais. Ao passo que, não existe exercício democrático sem a democratização do ensino (PAIVA, 2006). E, não existe educação para todos, nem educação integral, sem a garantia do direito ao acesso e a permanência dos jovens, adultos e idosos na EJA.

2.3 Programa Ser EJA Cidadã no estado da Paraíba

O Programa Ser EJA Cidadã é um programa que foi implantado na Paraíba no segundo semestre de 2018, pela Secretaria do Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT), para alunos do ensino médio, sem grandes ênfases na educação voltada ao trabalho. A princípio, **um total de 28 escolas cidadãs integrais, localizadas em João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Campina Grande**, que ofertam a modalidade da EJA, aderiram ao programa. Nessas escolas em questão, os números de matrículas no ano posterior a implantação do programa (2019), **aumentaram 33%, passando de 3.500 alunos matriculados na EJA, para 4.669⁷, como podemos ver de maneira ilustrada no gráfico a seguir:**

Gráfico 1 - Aumento nas matrículas dos sujeitos da EJA após a implantação do Programa Ser EJA Cidadã no ano de 2019.



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Dessas escolas, duas se destacaram, com relação ao percentual de matrículas, foram elas a Escola Cidadã Integral Técnica Alice Carneiro e a Escola Cidadã Integral Cônego Francisco Gomes de Lima, ambas localizadas em João Pessoa. Segundo a direção, faltaram

⁷ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/metodologia-ser-eja-cidada-matriculas-da-educacao-de-jovens-e-adultos-crescem-33>

vagas para o número de procura pela nova metodologia educacional adotada, uma vez que, esta se propôs a ser uma metodologia de inclusão de todos dentro do contexto de educação de jovens e adultos, ressaltando a importância dos educandos nesse processo (PARAÍBA, 2020).

Desse modo, o Programa Ser EJA Cidadã, surge das necessidades de ressignificar as metodologias educativas oferecidas a essa modalidade no estado da Paraíba, através da promoção de um ambiente de troca de experiências entre toda a comunidade escolar, por meio da problematização de assuntos presentes na educação formal, como também na educação não formal, compreendendo que a vida dentro e fora da escola não se desvinculam.

Para isso, utiliza da **Pedagogia de Projetos**, que é uma proposta teórico-metodológica que faz conexões dos educandos com assuntos que despertem o interesse deles, para que eles próprios desenvolvam suas pesquisas e descobertas, sendo os professores mediadores desse processo (PARAÍBA, 2020). Propondo o protagonismo estudantil dos sujeitos, visando a formação integral destes. Posto que, compreende a importância da bagagem de conhecimento advinda do dia a dia dos jovens, adultos e idosos da EJA. Desenvolvendo o seu currículo, a partir de Fóruns Temáticos.

Nessa perspectiva,

a trajetória de vida, incluindo o tempo presente no cotidiano dos estudantes é reconhecida como fonte de pesquisa e aprofundamento para novas metodologias [...] que visem o protagonismo estudantil (PARAÍBA, 2020, p. 52).

Com base nesses pressupostos, o Programa recomenda a realização de dois Fóruns Temáticos, onde os temas são levantados pelos educandos. Eles próprios devem escolher entre si, através de uma votação mediada pelos professores, o tema principal, que será o tema gerador, o Projeto Guarda-Chuva - projeto de longo prazo - que acontecerá no decorrer do letivo, e será o problema central de estudo (PARAÍBA, 2020).

A partir desse tema gerador, eles escolhem os subtemas que serão os temas dobradiças – que é o caminho metodológico percorrido para responder a problemática do tema gerador – e resultarão na construção de Microprojetos Interdisciplinares, a serem apresentados nas Salas de Diálogos Temáticos, com o propósito de trabalhar todas as áreas de conhecimento de maneira integrada. Após a construção desses projetos, acontecem às culminâncias, que são os momentos nos quais os educandos sintetizam, de maneira criativa, os resultados do que foi trabalhado nas Salas de Diálogos, e compartilham com a escola.

As salas de diálogos temáticos se constituem no espaço para desenvolver os projetos dos subtemas, com a duração de uma hora por semana, no horário das últimas aulas. A rotina das salas de diálogos temáticos, terá dias rotativos da semana para equilibrar a carga horária dos professores/as e garantir a ação interdisciplinar. O formato é flexível, desde que garanta também a rotina de aulas dos componentes curriculares (PARAÍBA, 2020, p. 54).

O princípio do Programa Ser EJA Cidadã é o mesmo princípio do programa das EscolasCidadãs Integrais, que é o de colocar o Projeto de Vida (sonhos) dos estudantes como centro de todo o processo de ensino e aprendizagem (PARAÍBA, 2020). Os sonhos são as perspectivas de vida que os alunos possuem para o futuro. Aquilo que eles gostariam de fazer durante e após a sua conclusão no ensino médio, pois, acredita-se que essa seria uma forma de incluí-los na sociedade, enquanto sujeitos de direitos, sujeitos que pensam a sociedade e a constituem. Desse modo, os sonhos se configuram como o coração do Programa, posto que, colocando os desejos dos educandos na essência da formação educacional deles, poderemos suprir as deficiências advindas do modelo tradicional da EJA.

Essa metodologia tem uma abordagem na educação em direitos humanos e considera que os direitos de aprendizagem dos/das estudantes estão relacionados, de forma indissociável, a promoção das três dimensões da Educação de Jovens e Adultos: a reparação da vulnerabilidade escolar e de aprendizagem; a equidade de acesso e permanência e a qualidade de formação para a vida com o pleno exercício de cidadania, podendo ser articulada a qualificação profissional. Para desenvolver essas dimensões e não estigmatizar a Educação de Jovens e Adultos, como uma modalidade externa a rede estadual de ensino, a gestão escolar deve, na elaboração do Projeto Político Pedagógico, incluí-la entre as modalidades de cursos que oferta, no paradigma de unicidade e interação entre as modalidades de ensino (PARAÍBA, 2020).

Por isso, podemos constatar que essa metodologia é usada a fim de criar uma identidade própria da EJA, ao passo que, todo currículo é um “documento de identidade” (SILVA, 1999, p. 150), que perpassa a formação individual e coletiva dos sujeitos, estando “no centro da relação educativa” (SILVA, 2007, p. 10). Portanto, tem ligação direta com os eixos de desenvolvimento social, produzindo os sujeitos dos quais fala e para os quais fala. Dessa maneira, as políticas educacionais são, consequentemente, políticas curriculares.

Além do que, esse método pretende superar problemas que implicam diretamente no exercício de cidadania plena, ao passo que, não visa apenas a formação profissional dos sujeitos, sendo a formação profissional o segundo plano do Programa. O primeiro é o sujeito, sua vida e seus sonhos. E, através desses, é que se pensa as outras necessidades educativas e sociais de desenvolvimento do homem em seu processo de humanização (FREIRE, 2019).

Assim sendo, discutir o Programa Ser EJA Cidadã, segundo uma política pública educacional do estado da Paraíba, é relevante, uma vez que, ele propõe a utilização da própria realidade dos educandos e da comunidade escolar para tratar de problemas existentes, de maneira reflexiva. Onde os conteúdos trabalhados tenham significância e significados, não

sejam apenas conteúdos pragmáticos, mas, conteúdos que os alunos considerem relevantes e importantes. Com escutas transformativas, envolvendo, interdisciplinarmente, todas as áreas de conhecimento dentro das salas de diálogos temáticos e das culminâncias dos projetos. Resignificando a educação oferecida aos sujeitos da EJA, no turno da noite.

3 AS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA OS SUJEITOS DA EJA QUE INTEGRAM O PROGRAMA SER EJA CIDADÃ NO ESTADO DA PARAÍBA

Feita a coleta dos dados, pautamo-nos por uma análise crítico-dialética acerca do objeto de estudo, a partir de uma Análise Crítica do Discurso (ACD), ao passo que, nós procuramos identificar, através das falas dos sujeitos da pesquisa, bem como dos textos presentes nas Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (PARAÍBA, 2020) e no Guia de Orientações da EJA (PARAÍBA, 2020), quais os discursos que culminaram na implantação do Programa Ser EJA Cidadã no estado da Paraíba, com vista a educação integral dos alunos da EJA, posto que, a ACD nos ajuda a compreender os discursos enquanto construção cultural do homem e, portanto, dão significados ao seu processo de humanização.

Sendo assim, as discussões a seguir serão feitas a partir de categorias advindas dos resultados da pesquisa. Ressaltando que todas as categorias estão ajustadas com o tema do nosso trabalho, a fim de fazer conexões entre os pontos em comum das falas dos sujeitos e dos documentos do Programa Ser EJA Cidadã. Constatando a intertextualidade, de um discurso, que não é produzido sozinho, mas que, pelo contrário, é embasado por outros discursos. As categorias deram origem ao seguinte quadro:

QUADRO 1 - Categorias de análise da pesquisa.

3.1 Compreensão de Educação Integral	3.6 Construção Pedagógica do Programa Ser EJA Cidadã
3.2 Concepção do Programa Ser EJA Cidadã	3.7 Desafios da implementação do Programa Ser EJA Cidadã
3.3 Possibilidades de Formação integral dos Sujeitos da EJA que Participam do Programa Ser EJA Cidadã	3.8 O Programa Ser EJA Cidadã Enquanto Política Pública de Educação Integral
3.4 Formação de Professores Para o Programa Ser EJA Cidadã	3.9 Mudanças Pedagógicas Advindas da Implantação do Programa Ser EJA Cidadã
3.5 Acompanhamento do Programa Ser EJA Cidadã	

Fonte: Autoria Própria, 2022.

3.1 Compreensão de Educação Integral

Compreender a educação integral significa compreender que ela é bem mais do que a ampliação do tempo em que os alunos permanecem na escola, posto que, educação integral é aquela que forma os indivíduos em todas as suas dimensões, sendo elas físicas, emocionais, sociais e culturais, com o objetivo de tornar esse homem ou mulher, um ser crítico, um ser pensante, que compreende o seu lugar no mundo, os seus direitos e os seus deveres, para que eles dominem as suas vidas e empoderem-se (MOLL, 2012). Pois, tomando consciência disto, poderão lutar por aquilo que acredita, em prol de si mesmos e do todo social do qual fazem parte.

Desse modo, ao se propor o Programa Ser EJA Cidadã, é necessário que todos aqueles que participam, entendam o que de fato é a educação integral, ao passo que, a formação dos alunos em todas as suas dimensões, está posta nas próprias diretrizes de ensino do estado, para a modalidade da EJA, a partir da implantação do programa (PARAÍBA, 2020). Sendo assim, perguntamos aos entrevistados, qual a compreensão que eles tinham de educação integral. As respostas foram:

- | | |
|---------------------|--|
| Educadora 1: | Olha, educação integral [silêncio], é aquela educação voltada para a formação integral do aluno, né?! O nome já está dizendo, né?! Para que esse aluno seja visto como um todo, né?! Como um ser pensante, um ser crítico, mas também, um ser completo de emoções, de vivências, né?! E que essas vivências devem ser respeitadas, né?! As suas emoções, elas também têm que ser contabilizadas. Tudo isso somando para formar o processo educativo. |
| Educador 2: | É... educação, né?! Para aquelas pessoas que tá fora da faixa pra se integrar, e que já tá com o tempo perdido, para recuperar esse tempo, né? Facilitar a vida desses trabalhadores. |

Podemos verificar, por intermédio das falas citadas acima, que o **Educadora 1** possui uma dada compreensão sobre a educação integral que se relaciona com a formação do sujeito em todas as suas dimensões, uma vez que, pontua a necessidade de olharmos para o aluno como um todo. Ou seja, olhar para as suas especificidades, a fim de melhorar o seu processo educativo. O que é bom, pois, os educadores e os educandos compõem o chão da escola. É através da relação deles que se desenha todo o processo educativo.

Sendo assim, a fala do **Educadora 1** nos mostra que existe a possibilidade de haver educação integral dentro do Programa Ser EJA Cidadã, pois, o seu discurso, em nenhum momento faz menção ao tempo de permanência dos alunos na escola, mas sim, ao processo de

humanização que a educação oferece ao se preocupar com as necessidades reais dos educandos. Necessidades essas que se estendem para além dos muros da escola.

Essa compreensão pode ampliar, inclusive, o papel formador da própria escola, ultrapassando as barreiras do ensino para chegar na educação (ARROYO, 2008) que os alunos da EJA tanto precisam. Podendo também contribuir com o rompimento da maldição (SILVA, 2011) da segregação que a nossa sociedade os deixou.

Por sua vez, o **Educador 2**, liga a educação integral com a integração dos sujeitos da EJA no contexto educacional, com o intuito de recuperar o ensino que eles não tiveram na idade considerada regular, acreditando que a educação integral seria um mecanismo facilitador para recuperar o tempo perdido pelos alunos da EJA. Constatando, através da sua fala, que existe, dentro do Programa Ser EJA Cidadã, professores(as) que ainda não compreendem o que é a educação integral em seu conceito amplo. O que prejudica todo o processo formativo dos sujeitos da EJA, pois, como vamos formar alunos críticos e reflexivos se não concebemos a educação por esse viés?

Esse apontamento levanta uma questão importante, ao passo que, para responder efetivamente aos desafios de uma educação integral, que altera de forma irreversível todo o processo educativo (MOLL, 2012), se faz necessário, como já foi dito, que todos aqueles que fazem parte do contexto educativo saibam do que se trata a educação integral, principalmente os professores(as). Eles precisam ter uma compreensão ampla desse conceito, uma vez que, essa compreensão e a falta dela, é o que vai direcionar as pedagogias adotadas em sala de aula, bem como nas escolas e no Programa Ser EJA Cidadã. Reafirmando o fato de que não é qualquer um que saiba ler e escrever que está apto a atuar nessa modalidade (SILVA, 2011).

Demonstrando que podem ter tido lacunas na formação continuada dos professores escolhidos para trabalharem no respectivo programa, que, apesar de não aumentar o tempo de permanência nas instituições de ensino, coloca o aluno como sujeito ativo no processo educativo, com o intuito de garantir uma educação voltada para a efetivação dos direitos humanos, como aponta um dos pilares do programa, descrito no **Guia de Orientações da EJA**, ora analisado.

Para desenvolver a metodologia SER EJA Cidadã, seguimos a linha de compreensão apontada por Barcelos (2014) de que para melhorar a qualidade de ensino na EJA, não é suficiente apenas a diversidade de práticas ativas, visando ao protagonismo estudantil, mas, sobretudo, promover situações de aprendizagens em que possam emergir o reconhecimento dos estudantes como um sujeito potente de saberes e aprendizagens (PARÁIBA, 2020, p. 36).

Portanto, o Programa Ser EJA Cidadã reconhece a necessidade de uma educação integral para os alunos da EJA, quando aponta a importância da bagagem de conhecimento que os próprios educandos possuem. Demonstrando que a educação, não se diminui ao simples processo de ensino sistemático, mas, pelo contrário, acontece no próprio ato de humanização do homem (FREIRE, 2019), que é constante e inerente ao sujeito pelo simples fato de existir e aprender com a sua existência.

E, por reconhecer a importância dos saberes dos educandos, em prol de uma educação crítica e reflexiva, reconhece também a necessidade da educação popular nesse contexto, que emerge das necessidades de analisarmos, ao educar, os sujeitos, em suas conjunturas sociais, culturais, econômicas e políticas. Porque é dentro dessas dimensões que encontramos as soluções para os problemas que dificultam o desenvolvimento humano de uma sociedade, a fim de torná-la mais justa, igualitária e horizontal, onde todos possam participar do processo democrático de tomadas de decisões.

Posto isso, é coerente afirmarmos que, apesar da compreensão do **Educador 2**, que se destoa da compreensão do **Educadora 1**, e da incongruência do que diz o **Guia de Orientações da EJA** com relação as falas do **Educador 2**, o Programa Ser EJA Cidadã, ao ser elaborado, demonstrou ter pretensões pedagógicas e formativas que englobam todos os eixos de desenvolvimento dos sujeitos (LIBÂNEO, 2011). Trazendo uma perspectiva inovadora para a modalidade da EJA, uma vez que, de certa maneira, rompe com os paradigmas tradicionais de ensino postos para a EJA, precisando apenas de alguns ajustes, para que o que está escrito no papel seja vivenciado na prática.

3.2 Concepção do Programa Ser EJA Cidadã

O Programa Ser EJA Cidadã configura-se como um programa baseado nos círculos de cultura preconizados por Paulo Freire, com o objetivo de garantir a escuta empática, bem como, visa construir espaços de diálogos dentro das escolas que ofertam a modalidade da EJA e aderiram ao programa.

Essa metodologia acontece por meio de Fóruns Temáticos, que são o pontapé dos semestres letivos, oportunizando as análises dos problemas reais dos educandos, pois, eles mesmos trazem sugestões de temas de estudo e, por meio de votação, escolhem o Tema Gerador, formando a base da Pedagogia de Projetos adotada pelo programa. Propondo uma

aprendizagem significativa (MOTA, 2007) para os alunos da EJA. Sobre isso o **Guia de Orientação da EJA** afirma que um dos objetivos do programa é:

Reencantar toda a comunidade escolar, para traduzir a identidade própria da EJA nas ações e projetos pedagógicos desenvolvidos durante o ano letivo, exercitando as quatro competências transformadoras: empatia, o trabalho em equipe, a criatividade e o protagonismo (PARAÍBA, 2022, p. 36).

Sendo assim, o documento indica, que existem competências a serem desenvolvidas a partir dessa metodologia, onde os alunos irão criar as problemáticas a serem debatidas, bem como as hipóteses para o desenvolvimento dos seus projetos, traçando “planos para os passos seguintes, como a definição do material de apoio para a pesquisa, que será utilizado para a busca de respostas” (MOTA, 2007, p. 7).

Desse modo, podemos compreender que para construir uma identidade nova e particular da EJA (ARROYO, 2008), o programa sugere que a sua execução aconteça de forma empática, enfatizando a importância de se colocar no lugar do outro, para se sensibilizar com o outro. Seja o educador ou o educando.

Propondo um trabalho em equipe, uma vez que, os Temas Geradores advêm das necessidades em comum que todos os alunos possuem e que precisam ser debatidas no espaço escolar, a fim de criar soluções para os problemas sociais deles, com o intermédio da criatividade deles. Colocando-os como protagonistas dos seus processos educativos, onde o professor se torna um mediador do conhecimento, e não mais o detentor do conhecimento.

A vista disso, perguntamos aos entrevistados, qual a concepção que eles têm do Programa Ser EJA Cidadã, porquanto acreditamos que, para os objetivos gerais do programa serem cumpridos na prática, assim como estão no Guia de Orientações da EJA, é fundamental compreendermos, de forma clara, o que é o programa e como ele deve se desenvolver na escola. Segue uma das respostas⁸:

Educadora 1: O ser EJA cidadã, ele veio pra gente, enquanto professores, num momento que nós até, ficamos surpresos, porque [silêncio], em vias da efetivação do, do novo ensino médio, na época, eu me lembro que nós, é... não acreditávamos, que [silêncio], a EJA fosse ter esse, esse, esse momento, né?! De [silêncio], de inovação. Então para nós foi até uma surpresa, né?! Porque querendo ou não a gente sabe que a EJA, ela sempre foi vista como uma modalidade, é [silêncio], daquele aluno que não teve a oportunidade de fazer seu, seu estudo no momento certo, né?!

⁸ Embora tenhamos perguntado ao Educador 2 qual a concepção que ele tem do Programa Ser EJA Cidadã, o mesmo não respondeu, mesmo quando nós voltávamos a questionar. Por isso a sua fala não foi citada nessa parte da análise.

As colocações do **Educadora 1**, mesmo que coerentes no que diz respeito ao programa ser uma inovação pedagógica para a EJA, ora esquecida pelas políticas públicas educacionais, posto que, os sujeitos da EJA são, muitas vezes, excluídos das elaborações dos processos educativos, bem como dos processos de estruturação social, em todas as instâncias (SILVA, 2008). Não corroboram para uma concepção concreta do que é o Programa Ser EJA Cidadã, uma vez que, as suas falas não se direcionam para a metodologia em si, mas sim para o que ela e os(as) outros(as) professores(as) sentiram quando a proposta em questão chegou na escola.

Já o **Educador 2**, nem respondeu qual a concepção que ele possui do Programa Ser EJA Cidadã, o que, de igual modo, configurasse como um dado discurso. O que reflete em um não saber ou em uma insegurança na compreensão do programa. Discurso esse que contribui para a perpetuação da exclusão social (SILVA, 2008) dos sujeitos da EJA, dentro da própria escola, bem como dentro do programa em questão. Posto que, não é possível colocar em prática algo que você ao menos sabe o que é, pois, a teoria não se desassocia da prática, pelo contrário, a prática educativa precisa da teoria para alcançar os objetivos de desenvolvimento pensados para os educandos.

Dessa maneira, fica nítido que existem lacunas significativas nesses discursos, prejudicando a formação integral dos sujeitos da EJA, que fazem parte do Programa Ser EJA Cidadã, posto que, as concepções do programa, como asseguram o Guia de Orientações da EJA, devem partir dos alunos e para os alunos. Mas, se os próprios professores(as) não concebem o programa por esse viés, não tem como ele se desenhar de maneira positiva na realidade escolar.

Essa distorção pode se dar por diversos motivos, como por exemplo, a formação que esse educador recebeu para atuar no Programa Ser EJA Cidadã, que foi citada como problemática na categoria anterior. Como também pode ser a falta da continuidade dessa formação, pois, com base nas entrevistas, fica claro a inexistência de um acompanhamento efetivo da Gerência Executiva da EJA (GEEJA) e da Secretaria do Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT), acerca do programa.

Posto isso, podemos afirmar que a metodologia em questão, que, segundo as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (PARAÍBA, 2020), surgiu da necessidade de articulação educacional entre toda a comunidade educacional de uma mesma instituição de ensino, apresenta rupturas que devem ser sanadas, para proporcionar a efetivação dessa articulação.

Porquanto que, sem uma concepção formada e concreta do que é o Programa Ser EJA Cidadã, não tem como existir um diálogo que atenda aos objetivos do projeto, principalmente

no que diz respeito a essa articulação, que ao nosso ver, é um dos principais pontos da metodologia Ser EJA Cidadã, justamente porque possibilita pensar a educação de maneira horizontal, colocando as perspectivas de vida dos alunos no centro deste diálogo, posto que:

Essa realidade é a matéria-prima para a escola elaborar os planos de ação e projetos de intervenção pedagógica de cada ano. São esses processos na escola que visam efetivar direitos, reconhecer e ressignificar as trajetórias de vida de jovens e adultos para fluir o sonho que alicerça o projeto de vida de cada estudante. Diante desta perspectiva, a metodologia Ser EJA Cidadã tem como centralidade os/as estudantes enquanto Sujeitos de direitos (PARAÍBA, 2020, p. 34).

Logo, o Guia de Orientações da EJA deixa claro que essa associação dos saberes dos(as) professores(as), coordenadores(as), gestores(as) e alunos(as) é importante para transformar a realidade dos sujeitos em material de estudos. Sendo esse processo o que oportuniza a efetivação dos direitos dos educandos da EJA, através dos seus sonhos, dos seus projetos de vida, que se articulam com o seu dia a dia dentro e fora da escola. Portanto, precisam coincidir com a compreensão de toda a comunidade escolar, caso contrário, esse discurso vai ficar só no papel.

3.3 Possibilidades de Formação integral dos Sujeitos da EJA que Participam do Programa Ser EJA Cidadã

A formação integral, como já foi posto, é aquela voltada para o desenvolvimento de todas as dimensões que integram os sujeitos (MOLL, 2012). Diz muito mais sobre o tornar-se humano do que sobre a aquisição do conhecimento científico e pragmático que é estabelecido previamente para as etapas e modalidades de ensino. Sem negar, claro, a importância desses conteúdos para a humanização do homem, em seu processo de fazer-se um *ser mais* (FREIRE, 2019), mas, utilizando-se destes, com base nas realidades.

Sendo assim, levamos essa perspectiva de formação integral para dentro do Programa Ser EJA Cidadã, ao passo que, segundo as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (PARAÍBA, 2020), analisada por nós, o programa segue o mesmo princípio de educação integral das Escolas Cidadãs, que é o de colocar os Projetos de Vida dos educandos como base central da metodologia de ensino em questão, bem como os seus sonhos.

Desse modo, a fim de constatar o que acontece na prática e se existe uma intertextualidade nesses discursos (FAIRCLOUGH, 2016), perguntamos aos participantes da

pesquisa se o Programa Ser EJA Cidadã Possibilita a formação integral dos sujeitos da EJA e eles responderam o seguinte:

Educadora 1: Ele realmente pretende, agora, se isso vai acontecer ou não, isso não é acompanhado, está entendendo? Ficou tudo nas costas do professor. Então por exemplo, um exemplo: eu desenvolvi um projeto falando sobre, é... meio ambiente, foi ótimo! Nós fizemos campanha para manter a escola limpa. Nós fizemos campanha de conscientização para, é... mantermos as plantas da escola bem cuidadas. Entendeu?! Mas aí eu me pergunto: se não tinha um acompanhamento, se não tinha uma forma de, de nós sermos incentivados lá dentro da escola, quem pode me garantir que em todas elas o projeto foi executado? Eu tive alunos maravilhosos. Que realmente... projetos de sustentabilidade, alunos que trabalhavam com marchetaria, que trouxe equipamentos. Eu tenho fotos, eu tenho vídeos que mostram esses projetos. Mas eu não sei se isso foi feito em outras escolas. E todo esse material riquíssimo que foi produzido, infelizmente, essa é a grande tristeza, não foi divulgado, não foi valorizado, nem pela direção da escola.

Educador 2: Eu... em parte, eu considero sim. Mas tem partes que deixa muito a desejar, sabe?! Porque, é... tudo, assim, resumidamente. O aluno tem que ter muita força de vontade e interesse. Porque, quando você trabalha o conteúdo normal, completamente, ainda sente dificuldade, imagina quando é uma coisa bem resumida, que num instante o tempo passa. Que, faz, por exemplo, você começa, inicia o ano e termina ali duas séries num ano só. Aí é isso aí que não sou muito, assim, a par disso aí. Que eu acho que deveria ser mais, uma coisa mais, assim, conectada. Uma coisa mais, com perspectivas mais atuantes.

A partir das colocações do **Educadora 1**, podemos constatar que os discursos documentados do Programa Ser EJA Cidadã apregoam uma educação integral para os sujeitos da EJA por parte da metodologia adotada, todavia, ela não sabe se essa educação proposta acontece no contexto escolar, uma vez que, as iniciativas de educação integral partem apenas dos próprios professores.

Chamando a atenção para a inexistência da articulação do diálogo entre a comunidade escolar, uma vez que, só os alunos e os professores trabalham em equipe. Negando, então, que no dia a dia, aconteça a intertextualidade dos discursos (FAIRCLOUGH, 2016). Pelo contrário, as diretrizes dizem uma coisa, mas na prática educativa acontece outra. Indo na contramão do ambiente acolhedor proposto pelo **Guia de Orientação da EJA**.

[...] há o desafio estrutural e também cultural para que a escola seja um ambiente de acolhimento para todos os perfis dos (as) alunos da EJA, entre eles, jovem trabalhador (a), pais e mães adolescentes, adultos e idosos que estavam há muitos anos sem frequentar a escola. Esta diversidade de sujeitos, em diversos contextos socioculturais e intergeracionais, é o elemento

principal que caracteriza a especificidade da EJA, reconhecida no art. 38 da LDB.

Esse cenário impele que a gestão escolar, juntamente com a coordenação pedagógica, tenha uma postura de abertura para ouvir o (a) estudante que chega à EJA. Quais são os desejos, as necessidades e as demandas dele (a) em relação à escola? Como eles (as) aprendem? Como construir metodologias que potencializem os saberes e experiências de vida dos (as) estudantes? Qual a demanda de novos métodos na era das mídias digitais?

Por isso que a gestão da Educação de Jovens e Adultos não pode ser apenas uma adaptação de outras modalidades de ensino (PARAÍBA, 2020, p. 35).

Posto isso, e, se é necessária a participação da coordenação pedagógica, bem como da gestão escolar, para ouvir os problemas dos sujeitos da EJA, que integram o Programa Ser EJA Cidadã, para que essa modalidade construa suas especificidades, com base nela mesma, vista a educação integral dos educandos, é coerente afirmarmos que não acontece a articulação de diálogos.

Assim, os alunos da EJA continuam abastados do processo democrático que é a educação em direitos humanos (PARAÍBA, 2020), pois, nesse contexto, não está existindo o exercício da cidadania dentro da escola, posto que, apenas os educadores e educandos estão elaborando, individualmente, os seus projetos e as suas execuções.

Por sua vez, o discurso do **Educador 2** reflete um pensamento minimalista do processo educativo, resumindo-o a aquisição de conhecimentos sistematizados, uma vez que, ele pensa o Programa Ser EJA Cidadã por um viés de tempo escolar, como também por um viés de aprovação escolar, ao passo que, ao trabalhar com a pedagogia de projetos, o programa divide o tempo dos conteúdos programados com as salas de diálogo.

Acentuando o desfavorecimento da EJA e do lugar da sua educação, pois, a educação de jovens, adultos e idosos não se trata apenas da oferta de ensino, mas da utilização de “uma política de discriminação positiva, sob risco de mais uma vez culpar os próprios alunos pelos seus fracassos” (HADDAD, 2000, p. 122).

Esse pensamento também não condiz com o que foi pré-estabelecido pelo estado para a metodologia do Ser EJA Cidadã. O que pode ser fruto do próprio ponto de vista do professor, de que a educação só se efetiva, e de que o aluno só aprende por meio do ensino tradicional. Negando, assim, a importância de metodologias que pensem o ensino a partir do próprio sujeito. Deixando de lado a educação para a vida.

3.4 Formação de Professores Para o Programa Ser EJA Cidadã

O professor, enquanto agente social e cultural ativo no processo educativo, possui saberes que auxiliam os educandos a construírem suas identidades (TOZETTO, 2017). A vista disso, precisam ter conhecimentos múltiplos, além de, priorizarem a releitura das suas concepções teóricas de educação (*Ibidem*), para atender as necessidades formativas dos educandos.

Por isso a importância da formação continuada, para que, as metodologias de ensino acompanhem a evolução humana, que é um processo inerente aos sujeitos. Buscando desenvolver pensamentos críticos dos assuntos que perpassam a escola. Entendendo que, assim como os alunos, os professores também estão em constante aprendizado, para que a educação não se desconecte da realidade e não perca o sentido de forma seres pensantes. Que se libertam da relação oprimido e opressor (FREIRE, 2019) a partir da educação que recebem.

Levando essa discussão para dentro do nosso objeto de pesquisa, que é a implementação do Programa Ser EJA Cidadã no estado da Paraíba, consideramos pertinente perguntarmos aos sujeitos entrevistados como foi a formação deles para atuarem no referido programa, a fim de constatar se no processo formativo deles o programa foi discutido com base na educação integral dos sujeitos. Essas foram as respostas:

Educadora 1: Nós professores tivemos uma formação dentro, é... da primeira região de ensino. E essa formação, ela ia favorecer com que, por exemplo, dentro do programa, né? Dentro do curso, houvesse o desenvolvimento de projetos. Então eram dados. Nós fomos treinados como se nós fossemos os alunos, né? E, a facilitadora, né? Que era a pessoa que, que, que conduzia as reuniões, né? A formação, ela nos ensinava, né? Metodologias para que nós desenvolvêssemos dentro da sala de aula. Então, por exemplo, é... foi incentivado o desenvolvimento de temas, é... transversais, dentro da sala de aula, como... e esses temas, bom que se diga, já preparando o aluno pra esse protagonismo tão bem, é... aprofundado dentro da, da educação cidadã, né?! de que o aluno seja o protagonista, de que ele, ele, ele faça as suas falas em cima do que ele quer aprender. Então no curso que eu frequentei no Ser EJA, ele tinha essa finalidade, né? De já ir preparando, nós, professores para esse protagonismo juvenil que já estava começando a se formar.

Educador 2: Teve formação ali mostrando como se trabalhar através de projeto, essas coisas todas. Foi muito, assim, é... essa formação foi, de grande validade para nós, é... nos trazer informações e mais conhecimento.

Com base no que foi dito pelo **Educadora 1**, podemos constatar que a formação que elestiveram, para atuarem no projeto Ser EJA Cidadã, foi focada em uma formação prática e contextualizada com a realidade, pois, o programa não foi apresentado de maneira expositiva, apenas. Pelo contrário, os próprios professores se tornaram alunos e mergulharam na

metodologia do Ser EJA Cidadã. Portanto, eles puderam experimentar o protagonismo estudantil, tomando decisões, escolhendo os temas que gostariam de trabalhar, sendo os autores principais dos seus aprendizados, se colocando no lugar dos seus alunos.

Sendo assim, este é um ponto positivo da implantação do programa, uma vez que houve a preocupação de alinhar a teoria com a prática. Tornando a aquisição de conhecimento bem mais significativa, por meio da experimentação, pois, a desassociação entre teoria e prática poderia resultar em um modelo artesanal de educadores no Programa Ser EJA Cidadã, consequentemente ligado ao modelo tradicional de ensino (PIMENTA, 2012). Ajudando tanto o aluno quanto o professor no que diz respeito a empatia, solicitada pelo programa na sua efetivação.

Para construir espaços de escuta empática, é fundamental o exercício de um novo olhar que envolva um paradigma da apreciação da escuta do outro e de toda a comunidade escolar. O desafio é aprendermos a “escutatória” - já apresentada por Rubens Alves, e os quatro passos da comunicação não-violenta: observação, sentimentos, necessidades e pedidos (PARAÍBA, 2020, p. 36).

Desse modo, ao assumirem o papel de educandos, os educadores puderam compreender a importância de ouvir os seus alunos para torná-los parte do todo educativo. O que é bom, pois, no modelo anterior, essa perspectiva de acolhimento não existia. De certo que, dentro ou fora do Programa Ser EJA Cidadã, as práticas dos professores são próprias e particulares, muito embora o tornar-se educador seja um processo, porquanto que, não nascemos educadores prontos e acabados. Essa é uma construção contínua. Mas o fato é que se nós escolhemos os professores que queremos ser, escolhemos também as nossas metodologias de ensino.

Por isso, cabe a nós o compromisso com a educação crítica, para que em nossa prática docente não sejamos aqueles que oprimem ainda mais os oprimidos. Pelo contrário, que sejamos aqueles que levam os indivíduos a romperem com essa relação de poder delineada pelos opressores, que, segundo Freire (2019), por mais que exista, não é um destino dado, pronto e acabado. Reafirmando a importância da educação como instrumento de mudança social capaz de ditar os rumos que iremos seguir enquanto sociedade.

Todavia, trazendo a análise para a fala do **Educador 2**, ele, mesmo que de maneira carente, ela expõe que os professores(as), de modo geral, aprenderam a trabalhar com a pedagogia de projetos. Mas, não apresenta, por exemplo, quais foram as informações e os conhecimentos que ele adquiriu nesse processo formativo para trabalhar com a respectiva pedagogia.

Portanto, o seu discurso não deixa claro o que ele aprendeu do novo processo educativo. À vista disso, como ele poderá contribuir para a efetivação do Programa Ser EJA Cidadã em prol da garantia dos direitos humanos dos sujeitos da EJA? Pois, se ele não sabe contextualizar o que ele compreende da própria metodologia, não tem como utilizá-la a seu favor para extrair dos alunos os seus saberes e habilidades (FONSECA, 2015), e contribuir positivamente para os percursos formativos dos mesmos, de modo a priorizar o processo de tomada de consciência da realidade.

A sua fala também demonstra certa desmotivação e despreparo para atuar na educação de jovens, adultos e idosos, o que é prejudicial para a modalidade da EJA, uma vez que, os professores(as) em atuação precisam estar aptos a lidar com as diversas situações que os educandos levantam (FONSECA, 2015), como bem coloca o programa em questão.

3.5 Acompanhamento do Programa Ser EJA Cidadã

Ao se colocar um programa como o Ser EJA Cidadã em vigência nas escolas, surge a necessidade de seu acompanhamento, uma vez que, ele se mostra como um programa relevante para a modalidade da EJA no estado da Paraíba, no que diz respeito à educação integral dos educandos e a inovação que a EJA precisava, para ampliarmos a nossa compreensão de educação de jovens e adultos.

Afirmamos isso, pois, ao analisarmos as Diretrizes Operacionais da Educação das Escolas do Estado (PARAÍBA, 2020) e o Guia de Orientações da EJA (PARAÍBA, 2020), constatamos que a metodologia de ensino e as propostas pedagógicas do programa são totalmente diferentes das que eram oferecidas, além de ser um programa novo, que modifica todo um contexto educativo.

Sendo assim, a comunidade escolar precisa de subsídios para efetivar o Ser EJA Cidadã na prática. À vista disso, perguntamos aos entrevistados se houve algum acompanhamento do Programa Ser EJA Cidadã por parte da Secretaria do Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT), bem como da Gerência Executiva da EJA (GEEJA). Segue uma das respostas⁹:

Educadora 1: O projeto foi muito bonito. Entendeu? Inclusive teve até culminância. Agora, não houve, por exemplo, um acompanhamento da secretaria de

⁹ Mais uma vez o Educador 2 não entrou em análise, pois o mesmo só afirmou que não houve acompanhamento.

educação, pelo menos não na minha escola, né?! nós desenvolvemos os projetos e eram assim, projetos, dois projetos por, por semestre, né? E nós nos reboiávamos para, concomitantemente, nós darmos os conteúdos, tá? Então realmente eram projetos interdisciplinares, né? Que envolviam todos os profissionais. Mas, por exemplo, na minha escola nós nunca tivemos a presença da Secretaria de Educação, para nos... nos... incentivar, ou pelo menos pra mostrar que o projeto estava sendo acompanhado. Então, tudo o que foi feito, né? Ficou a nível de Secretaria. Quando nós viemos para a escola, nós nos deparamos com dificuldades do tipo: material didático para nós trabalharmos, diretores que muitas vezes não queriam ceder material para a gente, ou até dificultar o nosso trabalho, como foi o caso, como foi o meu caso, né? nós tivemos uma direção que a diretora proibia que nós usássemos a impressora colorida, né? E eu assim, fui [risos], passei por cima da autoridade dela, e disse à coordenadora. Disse: olha, nós somos tão alunos quanto os alunos do curso regular, do curso integral, e eu exijo que nós tenhamos acesso a impressora colorida.

Parafraseando as palavras da **Educadora 1**, a implementação do programa ficou a nível de Secretaria. Ao ponto de faltarem até materiais didáticos para trabalhar com os sujeitos da EJA dentro da nova metodologia. Materiais esses que deveria ser uma prioridade, tendo em vista os objetivos do programa, bem como a sua recente implementação nas escolas. Ou seja, o discurso dos documentos norteadores é um e o contexto educacional, na prática, é outro. Enfatizando o fato de que os alunos da EJA continuam, de certa forma, desassistidos.

Muito embora exista a vontade de querer pôr em prática o Ser EJA Cidadã, por parte dos professores, pois, ainda segundo a **Educadora 1**, existiu a elaboração de projetos, a execução destes e as culminâncias. Só isso não basta, ao passo que, as políticas públicas de educação só se efetivam se existir uma cooperação de todos, justamente porque é para todos, ou pelo menos deveria ser. Principalmente na EJA, que é um direito demasiadamente importante para que os sujeitos da educação de jovens, adultos e idosos, saibam dialogar com as questões básicas da sociedade da qual fazem parte (CURY, 2001).

Além do que, esse discurso acentua o fato de que os sujeitos ainda estão vivenciando dada exclusão educativa e social, posto que, dentro de uma escola pública, custeada com o dinheiro público, não podem nem utilizar uma impressora colorida, simplesmente por serem alunos da EJA.

Sendo assim, afirmamos que a própria escola, que deveria ser um espaço democrático, a fim de levar os seus educandos à educação plena, está alimentando a opressão, posta por um sistema que marginaliza e exclui os jovens, adultos e idosos pobres do nosso país (HADDAD, 2000).

Ainda de acordo com as falas da **Educadora 1**, podemos constatar que os diretores também estão tendo uma prática de ação excludente para com os sujeitos da EJA, porquanto que, em um trecho das suas colocações, ela torna claro que os próprios diretores da escola negavam materiais didáticos para os sujeitos da EJA.

Desse modo, nós nos questionamos mais uma vez sobre a desassociação da teoria com relação ao contexto educativo, bem como sobre a formação que esses gestores tiveram para atuarem na EJA e no Programa Ser EJA Cidadã. Posto que, nem ao menos acompanham o processo educativo dos alunos da EJA nessa nova metodologia, assim como não acompanhavam anteriormente.

Demonstrando aversão a essa modalidade, o que é fruto do nosso desenvolvimento social (SILVA, 2011), que nunca foi pensado para incluir, mas sim para atender interesses capitalistas, onde todos nós nos tornamos objeto em um jogo de dominação social sem fim (FOUCAULT, 2019).

O que torna ainda mais necessário o acompanhamento do que está acontecendo no chão da escola, por parte da Gerência Executiva da EJA (GEEJA), para que os alunos da EJA não fiquem à parte, mas sejam parte das pedagogias de ensino. Afinal, qual o intuito de excluí-los, se não for o de perpetuar as relações de poder existentes? Dificultando o resgate da educação em direitos humanos.

Em nome da igualdade de oportunidades no prosseguimento de estudos regulares também para os defasados escolares, podemos estar negando aos jovens e adultos populares espaços educativos e culturais possíveis para a sua condição de subempregados, pobres, excluídos... Não é a EJA que ficou à margem ou paralela aos ensinamentos nos cursos regulares, é a condição existencial dos jovens e adultos que os condena a essa marginalidade e exclusão (ARROYO, 2008, p. 227).

Essa condição de exclusão, por mais que esteja posta para os sujeitos EJA, não é e nem deve ser uma condição permanente, uma vez que, podemos mudar essa realidade. Aqui no estado, o Programa Ser EJA Cidadã pode proporcionar essa inclusão. O que falta para nós é o acompanhamento do programa e a compreensão de que os sujeitos da EJA são gente, e integram a nossa sociedade, assim como qualquer outra pessoa. Não são melhores, nem muito menos piores, são iguais, devendo ser tratados como tal.

3.6 Construção Pedagógica do Programa Ser EJA Cidadã

A Construção pedagógica do planejamento escolar, configura-se como uma atividade docente (LIBÂNEO, 1990), que deve ser elaborada em conjunto com todos os sujeitos das instituições de ensino. A fim de compreender metodologias educativas que atendam às necessidades reais dos educandos em seus contextos formativos.

Portanto, essa construção não deve ser pensada de cima para baixo, mas sim, de maneira horizontal. Devendo ser efetivada na prática, para que nós, educadores e educandos não fiquemos reféns de um sistema posto pela sociedade de classes (*Ibidem*). Mas, pelo contrário, que possamos romper com as ações pré-estabelecidas, de maneira consciente, fundamentando o processo educativo em situações reais e concretas.

Desse modo, perguntamos aos sujeitos da pesquisa como ocorreu a construção pedagógica do Programa Ser EJA Cidadã, com a intenção de verificar se os estudantes participaram desse momento. Essas foram as respostas:

- | | |
|---------------------|---|
| Educadora 1: | Teve. Mas não uma participação tão efetiva. Eu me lembro que eram nomeados dois alunos por sala. Geralmente ou presidente ou vice-presidente, quando nós não tínhamos aqueles alunos que tinham vontade. Até porque a gente incentivava, né? No caso, nós professores “ah, vai valer dois pontos, vai valer três pontos”. E aí os alunos iam né? Para fazer suas falas e pra trazer também a realidade que eles tinham. |
| Educador 2: | No... em partes sim. Mas nem todo período, não. Só quando ia para os treinamentos, para os cursos, que fazia parte do cronograma, para como se trabalhar, a forma de trabalhar também, com projetos, essas coisa toda. E, facilitando a vida do aluno. |

As falas da **Educadora 1** e do **Educador 2** ressaltam que o planejamento do Programa Ser EJA Cidadã não é, ou pelo menos não foi totalmente democrático, porquanto que, as participações dos alunos aconteciam apenas em alguns momentos. Além do que, os professores precisavam incentivar essa participação através, por exemplo, da distribuição de pontos.

Demonstrando que existe incongruência nos discursos que relacionam o planejamento de ensino do Ser EJA Cidadã, com o que é posto pelo **Guia de Orientações da EJA**, bem como pelas Diretrizes Operacionais das Escolas do Estado da Paraíba, ao passo que, ambos garantem que todo o trabalho pedagógico desse programa deve girar em torno da participação dos sujeitos que dele participam.

Todo o trabalho pedagógico desenvolvido no ambiente escolar precisa ser pensado, construído e organizado, levando em consideração os estudantes matriculados, suas especificidades e as características da comunidade na qual está inserida. Por isso, ao adotar a metodologia Ser EJA Cidadã, essa postura

deve estar em consonância com a construção do Projeto Pedagógico (PP), como meio de melhorar, significativamente, a qualidade do ensino e aprendizagem com a participação de todos que fazem parte da escola, integrando a dimensão política e pedagógica (PARAÍBA, 2020, p. 34).

Sendo assim, as orientações, mais uma vez, destacam a importância da gestão democrática, enfatizando o papel social que incorpora esse processo de planejamento, implicando na interferência ativa de todos (GANDIN, 2001). Mas vai de embate com as falas dos participantes da pesquisa e evidencia outra lacuna existente na aplicabilidade metodológica do Ser EJA, em detrimento da educação integral dos alunos da EJA, que é o planejamento participativo.

Os discursos enfatizam também que, não houveram participações dos professores(as) na construção pedagógica do Programa Ser EJA Cidadã, pois, quando falamos de planejamento pedagógico, os entrevistados logo remetem ao planejamento que acontece dentro da escola e não a nenhum planejamento mais amplo.

Todavia, como o programa segue os mesmos princípios das Escolas Cidadãs Integrais, o seu planejamento também deve ter acontecido de maneira vertical e chegou na escola já pronto, como constatado no PIBIC 2018/2019, com relação ao planejamento do Programa Escola Cidadã Integral. Sem maiores diálogos, ou melhor, sem nenhum diálogo com o chão das escolas, tornando esse planejamento meramente burocrático (SOUZA, 2005). O que é ruim, ao passo que, essa lacuna interfere diretamente no exercício de construção da cidadania dos educandos, dos educadores e de toda a comunidade escolar.

Além do que, planejar um programa dessa dimensão sem a participação efetiva daqueles que vão receber a educação ofertada por ele, acarreta danos ao processo educativo, que deve ser pensado horizontalmente, e não de cima para baixo. Por isso, os alunos deveriam ter sido os principais sujeitos ouvidos nesse processo, e os seus questionamentos precisavam ter entrado em pauta.

Salientamos que, em nossa análise de planejamento, nós nos detemos no que diz respeito à construção pedagógica do Programa Ser EJA Cidadã de maneira geral, aquela que é pensada e proposta para todas as escolas que aderiram ao programa. Porquanto acreditamos que o planejamento pedagógico do Ser EJA Cidadã está para o programa o mesmo que o Projeto Político Pedagógico está para a instituição escolar.

Englobando os desdobramentos metodológicos acerca dos projetos educativos do programa, de maneira teórica e crítica, bem como as instruções educativas do que deve ser posto no cotidiano escolar. Por isso é tão importante que esse planejamento seja desenvolvido e pensado

coletivamente, com base nas diferentes realidades, por se tratar de um documento político e ideológico, que pode corroborar para a resolução de problemas sociais, ou não (GANDIN, 2001).

O Projeto Pedagógico precisa ser construído, coletivamente, a partir de uma gestão democrática, autônoma e compromissada com a participação de todos os sujeitos que fazem parte da escola, devendo ser pensado nas necessidades e interesses dos estudantes, contribuindo para a formação de um cidadão consciente e crítico. Essa abordagem de valores está completamente imbricada com a diretriz da metodologia Ser EJA Cidadã, vivenciada no chão da escola, tanto na formação inicial quanto na continuada, por meio dos Ateliês Pedagógicos [salas temáticas] SER EJA Cidadã, envolvendo gestores (as), coordenadores pedagógicos, líderes estudantis de turmas e professores (as) (PARAÍBA, 2020, p. 35).

Com base nesse discurso acima, presente no **Guia de Orientações da EJA**, outro questionamento que fazemos é sobre a falta de acompanhamento desse discurso na prática social. Posto que, como foi colocado na categoria anterior, embora o programa tenha significância para a modalidade da EJA e seus sujeitos, ainda falta assistência contínua da Gerência Executiva da EJA (GEEJA) e da Secretaria do Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT), para que os princípios do programa não fiquem só no papel e não se percam. Porque, sem esse acompanhamento efetivo, os alunos continuarão, de certa forma, abastados do processo crítico e reflexivo de educação e, de igual modo, os professores.

3.7 Desafios da Implementação do Programa Ser EJA Cidadã

As renovações políticas, pedagógicas e sociais da educação serão sempre necessárias, posto que, o ser humano está em constante evolução. O que antes atendia às suas necessidades formativas, em outro momento pode não atender mais. E o Programa Ser EJA Cidadã surge a partir das necessidades de desconstruir as lacunas encontradas na formação dos sujeitos da EJA por meio de uma nova metodologia de ensino, que deve resultar na inclusão (KRUPPA, 2005) destes no contexto de cidadania.

Sendo assim, existem obstáculos que emergem com essas inovações. A fim de destacarmos quais foram os desafios encontrados com a implantação do programa no nosso estado, perguntamos aos entrevistados quais os desafios eles identificaram com relação a efetivação do Ser EJA Cidadã enquanto política pública de renovação do ensino, e eles responderam:

Educadora 1: O desafio maior foi a falta de apoio mesmo da direção. Sabe? minha escola foram cinco diretores em um ano, dois anos. E os diretores não participavam de nenhuma culminância. Aliás, essa última diretora que está lá até hoje, eu não conheci essa senhora. Ela fazia questão de dizer que não frequentava o turno da noite.

Educador 2: Os desafios é a falta de apoio, né? Por parte da secretaria e de material de apoio também, que a gente trabalha só... nem livro oferece. A gente trabalha, a gente tem que se vira para trabalhar. Então o desafio é esse, porque, implantam um projeto, mas não dão suporte para isso. Falta material didático, falta livro, falta tudo que você precisa. O que se dão é... aquele... dois lápis para o ano todinho. Dois lápis daquele de quadro, e assim mesmo não dá nem uma semana o lápis seca, que é como se fosse reciclável.

Ambos os entrevistados destacam a falta de apoio como o maior desafio da efetivação do Programa Ser EJA Cidadã no estado da Paraíba. Seja por parte da direção da escola, seja por parte da SEECT ou da Gerência Executiva da EJA (GEEJA). Além da falta de materiais didáticos, que aparecem novamente dentro de uma das nossas categorias de análise.

Posto isso, como é que esse modelo novo de ensino, que julga se opor a educação tradicional, com o intuito de desfazer as lacunas deixadas por esse método, dentro na modalidade de EJA, vai, de fato, efetivar os seus objetivos para com os sujeitos da EJA? Uma vez que, existe um projeto teórico metodológico bem fundamentado, mas falta a aplicabilidade na prática, destacando a brutalidade da exclusão dos educandos da EJA, que se tornou uma concepção inerente à nossa sociedade (SILVA, 2011).

Não questionamos o desafio da aplicabilidade do programa com relação a pedagogia de projetos, mas sim, com relação a efetivação de uma política pública, em especial a educacional, que só se concretiza se for assistida. Principalmente quando é inovadora, haja vista que, para a própria comunidade escolar, é difícil romper com o ensino que eles estavam acostumados. Constatamos isso em muitas das falas do **Educador 2**.

Portanto, o Programa Ser EJA Cidadã precisa, primeiramente, superar as lacunas existentes nele mesmo, para que possa incorporar na prática o que diz o seu currículo. Assim, colocará, de fato, as dimensões humanas, os saberes, a cultura e os conhecimentos dos sujeitos da EJA no centro dos seus processos educativos.

Trata-se de incorporar uma das matrizes mais perenes da formação humana, da construção e apreensão da cultura e do conhecimento: reconhecer a pluralidade de tempos, espaços e relações, onde nos constituímos humanos, sociais, cognitivos, culturais... Reconhecer a cultura como matriz da educação (ARROYO, 2008, p. 227).

Reconhecer a pluralidade dos sujeitos é um dos desafios mais áspero encontrados pelas metodologias de ensino que buscam uma formação integral dos sujeitos, aqui representada pela metodologia do Ser EJA Cidadã, que é o nosso objeto de estudos. Pois, muito embora os seus discursos discorram por um viés plural de cultura, a sociedade nos introjeta uma concepção cultural padronizada. Assim, sentimos dificuldade em lidar com aqueles que consideramos diferentes de nós.

O que pode ser o caso da diretora citada pela **Educadora 1**, que não incorpora a EJA como parte da escola, mas, pelo contrário, tem a EJA como uma modalidade a parte da escola, que não merece nem a sua atenção, afinal, atenção para que? Esses sujeitos não estudaram na idade certa porque não quiseram. É um dos pontos que ela deve pensar, pois, que outro fato causaria total aversão aos sujeitos da EJA sem os conhecer, se não a herança dos pensamentos minimalistas (SILVA, 2011) que a nossa sociedade constituiu para eles, ao logo da nossa história, através da perpetuação dos mecanismos de poder e dominação existentes (FOUCAULT, 2019).

Contrapondo ao discurso de ódio da referida diretora, ora citada na fala da **Educadora 1**, as discussões acerca do Programa Ser EJA Cidadã devem girar em torno de uma compreensão de educação popular (ARROYO, 2008), buscando valorizar ainda mais o percurso formativo da EJA, para que esse programa não tenha uma vida curta. Pelo contrário, que ele possa servir de modelo para outras políticas públicas de educação, a fim de atender as demandas sociais vigentes. Superando, inclusive, o preconceito e os estereótipos que essa diretora e tantos outros, possuem da EJA.

3.8 O Programa Ser EJA Cidadã Enquanto Política Pública de Educação Integral

“As políticas são formações discursivas” (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2016, p. 173), resultantes de discursos socialmente produzidos através das convergências de ideias dos poderes existentes. Com relação às políticas educacionais, elas são fruto de uma articulação entre os governos federal, estadual e municipal, bem como se atrelam a um conjunto de atitudes advindas dos educandos, dos educadores, dos gestores e de todos aqueles que compõem a escola em si.

Desse modo, a educação integral e o Programa Ser EJA Cidadã, por se tratarem de fenômenos que reinventam as metodologias educativas (KLUMB, 2012), se configuram enquanto políticas públicas de educação. Com base nessa perspectiva, perguntamos se os

sujeitos da pesquisa acreditam que o Programa Ser EJA Cidadã se configura como uma política pública de educação integral e eles responderam o seguinte:

- Educadora 1:** Pois é... se receber os devidos ajustes, né? Se os professores forem incentivados, receberem apoio, com certeza o Programa Ser EJA vai ser o fôlego que o curso, né? que essa modalidade precisa pra que o aluno se sinta também valorizado, né? não ser só aquela coisa do conteúdo, né? Mas saber que o aluno da EJA, ele também tá preparado para discutir questões outras que afligem a nossa sociedade. Saber da importância que ele tem como ser pensante, né? e que efetivamente pode dar sua contribuição para, é... resolver os problemas fora dos muros da escola. Então o programa em si, ele é ótimo. O que falta a ele é o incentivo, em termos de material mesmo, e de apoio, que os professores se sentem muito sozinhos.
- Educador 2:** Eu vejo, assim, porque é uma forma de trazer aquele aluno que tá fora da sala de aula, fora de faixa etária para se enquadrar dentro do ensino e aprendizagem, sabe? É esse ponto aí que eu apoio e eu concordo com isso aí. Porque muitas das vezes a pessoa diz “eu já passei, já tô velho, já passei da idade de estudar!” Então ele facilita mais, pra o aluno não perder totalmente, né? E muitos alunos que quer concluir o ensino médio, tem uma facilidade pra ele concluir o ensino médio.

A partir da fala da **Educadora 1**, constatamos que a metodologia do Programa Ser EJA Cidadã tem tudo para configurar-se como política pública que efetivará a educação integral dos sujeitos da EJA do estado da Paraíba. Por estimular a formação social dos alunos da EJA, trazendo os problemas reais da vida deles, da comunidade deles, bem como os seus anseios e as suas necessidades formativas. Todavia, não se configurou como política pública de educação, pois ainda falta um olhar mais profundo para os sujeitos da EJA, que acarrete a democratização dessa modalidade (KRUPPA, 2005).

Destaca-se, nesta mesma fala, a necessidade de assistência, para que os educadores e educandos não trabalhem sozinhos e não se sintam desestimulados nesse percurso educativo. Chamando a nossa atenção para o fato de que as políticas públicas, aqui representadas por duas políticas educacionais, sendo elas a Educação Integral e o Programa Ser EJA Cidadã, precisam ser assistidas por aqueles que as propõem, para que os seus objetivos sejam alcançados. Afinal, se não for para serem assistidas, para que são criadas políticas públicas?

Ressaltamos que, o campo político, enquanto eixo inerente do desenvolvimento humano (LIBÂNEO, 2011), não se restringe ao ato de ser político, mas diz respeito a todo e qualquer processo de tomada de decisões que direcionam os rumos da nossa vida individual e coletiva. Sendo assim, é a essa concepção ampla de política que nós nos detemos e que fica em evidência nas colocações da **Educadora 1**.

Por isso, considerar o Programa Ser EJA, Cidadã enquanto política de educação integral, significa pensar os seus desdobramentos com base no querer dos educandos, para a garantia do seu direito de ser cidadão, como diz o **Guia de Orientação da EJA** e as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (PARAÍBA, 2020).

As trajetórias de Vidas deles e os saberes que trazem são riquíssimos, e devem ser considerados no ambiente escolar pelo reencantamento da presença e visibilidade desses sujeitos de direitos. Este é um sentido pedagógico do engajamento e do prazer pelo conhecimento que pode superar qualquer outro obstáculo por meio dessa educação de jovens e adultos transformadora e por isso, Cidadã (PARAÍBA, 2020, p. 35).

Com relação a fala do **Educador 2**, a compreensão que ele possui acerca do Programa Ser EJA Cidadã, enquanto efetivação de uma política pública de educação integral, é, exclusivamente, voltada para a inclusão dos alunos dentro do contexto formal de ensino, a vista de uma certificação.

Esse discurso é totalmente destoante de um percurso metodológico voltado para a educação crítica, pois, ao perceber a educação por um viés científico, reduzimos ela a construção de dados quantitativos, voltados para a dominação da força de trabalho dos sujeitos (SAVIANI, 2007). Além do que, esse mesmo discurso, minimiza mais uma vez a modalidade da EJA, como se a educação de jovens, adultos e idosos tivesse que se voltar aos conteúdos científicos e só. Descartando a importância dos dados qualitativos e menosprezando o real papel político da escola que,

Não têm um fim em si mesmo, mas estão a serviço de homens e mulheres que vão constituindo-se socioculturalmente dentro de uma sociedade política e economicamente organizada, mas com possibilidades de ser reorganizada (HENZ, 2012, p. 84).

Ou seja, todo o conhecimento produzido na escola não tem fim nela mesma, mas desdobram-se nas questões sociais, econômicas, culturais e emocionais, que perpassam todos os sujeitos. Desse modo, precisamos desmistificar paradigmas como esse, tão tradicionais de ensino, pois, se o que buscamos, enquanto educadores e educadoras, é o exercício pleno da democracia e da cidadania, para atingir uma sociedade emancipada, não temos como desassociar o ser social do ser educacional e ignorar as subjetividades dos sujeitos, ao passo que, as implicações sociais, são, consequentemente, políticas (LIBÂNEO, 1990). Principalmente na modalidade de EJA, que engloba jovens, adultos e idosos marginalizados.

Ainda sobre as discussões políticas do Programa Ser EJA Cidadã, fica um alerta acerca da inexistência de dados que mostrem o que está acontecendo com o programa no estado da

Paraíba ao longo desses anos. Pois, ao entrarmos no site da SEECT, só encontramos dados referentes ao final de 2018 e início de 2019, que diz respeito apenas ao período de implantação do programa.

Talvez isso esteja acontecendo pelo fato do Programa Ser EJA Cidadã ter sido pensado e posto em prática no governo de Ricardo Coutinho (2011 - 2018) e, no ano seguinte a implantação, quem assumiu o governo do estado foi João Azevedo (2019 - atual). A partir daí não existem mais dados referentes ao que está acontecendo no chão das escolas que participam do programa.

De certo que a pandemia global do covid-19 dificultou os processos educativos, que tiveram que se reconfigurar para atender as demandas sociais. Todavia, onde estão os dados de 2019 e início de 2020? Como o programa funcionou durante o contexto pandêmico? E agora, com a volta do presencial, o que está sendo preparado para o Ser EJA Cidadã? Será que o programa foi deixado de lado por não ser uma política pública de educação criada no governo em vigência?

Todos esses questionamentos abrem margens para novas e futuras investigações, que poderão ser aprofundadas em pesquisas futuras, uma vez que essas não foram o objeto para desse TCC. Por enquanto, nos deteremos à análise da implantação do programa e seus reais objetivos.

3.9 Mudanças Pedagógicas Advindas da Implantação do Programa Ser EJA Cidadã

O Programa Ser EJA Cidadã, segundo as Diretrizes Operacionais das Escolas do Estado (PARAÍBA, 2019), busca se opor ao método tradicionalista de ensino, antes posto para os sujeitos da EJA. A fim de colaborar com os protagonismos dos educandos em seus percursos formativos, bem como com a efetivação dos seus projetos de vida, que são o coração do programa e são construídos e ressignificados tomando como referência os anseios dos próprios alunos da EJA.

Dessa forma, sendo um modelo oposto de educação inovadora, o programa pode acarretar mudanças pedagógicas relevantes para educador, para o educando e para escola em geral. Uma vez que, mexe em toda a estruturação escolar e curricular, porquanto que, o currículo é um instrumento que perpassa todas as noções formativas, pedagógicas e intencionais da educação na escola (SILVA, 2007), bem como fora dela. Interligando os assuntos que dizem respeito ao contexto escolar com os assuntos de cunho social, trabalhando-os de maneira interligada.

Sendo assim, o currículo constrói a identidade da escola e produz os sujeitos dos quais fala e para os quais fala (SILVA, 1999). A vista disso, perguntamos aos entrevistados se eles enxergaram mudanças pedagógicas geradas pela implantação do Programa Ser EJA Cidadã, e eles responderam:

Educadora 1: Olha, eu não tive contato com outras escolas, mas eu lembro bem é... dos momentos que, entre, porque nós na sala também formávamos grupos, assim como os alunos formavam grupos, nós professores, né? incentivados pela nossa formadora, nós formávamos grupos, e cada grupo daquele fazia a sua fala em relação, é... a escola, né? os problemas que existiam. E assim, teve um momento de encontro, que alguns professores, eu me lembro, que diziam que tinha alunos que, que não assistiu aula, né? que mal chegava, até pelo cansaço, já ir embora. Mas, no momento que começou a ver o desenvolvimento dos projetos, né? Esses alunos começaram a participar, entendeu? Então, muitas vezes, se fosse só para assistir aula, nove horas não tinha mais um pé de aluno na escola, mas se de repente era uma coisa do projeto que estava fazendo, né? Algum desenho, alguma grafiteagem... se brincasse eles varavam a noite, né?

Educador 2: Para ser sincero, o ensino normal antes era bem mais, assim, o aprendizado era bem melhor, né? Porque você trabalhava o tempo normalmente. Não é como hoje, que... é... esse Ser EJA Cidadão veio para facilitar a vida do aluno, mas o aprendizado deixa a desejar, por causa do tempo que é limitado, é... falta de materiais também, para facilitar o aprendizado do aluno, que o aluno não tem livro, essas coisas. O aluno da noite era pra ser mais bem assistido, né? Pelo contrário, é... ele só é assistido pelo professor, porque nem a escola dá incentivo nenhum.

A fala da **Educadora 1** expõe que houve mudanças pedagógicas relevantes com relação a implantação do programa Ser EJA Cidadã, principalmente no que diz respeito à participação dos alunos da EJA no processo de ensino e aprendizagem deles. Inclusive, ela até faz ligação dessa mudança com os conteúdos diversificados, que se configuram na pedagogia de projetos. Assim, como coloca os posicionamentos positivos de outros professores(as) com relação à metodologia do Ser SEJA Cidadã, que, ao se aplicar na escola, teve uma resposta significativa, ao ponto dos alunos não se importarem se precisassem ficar um pouco mais de tempo na escola. Esse discurso nos mostra um dado bem significativo, que é o fato do Programa Ser EJA Cidadã abrir margem para que os estudantes da EJA se encontrem dentro da educação no contexto real da escola. Ganhando voz e desenvolvendo as suas capacidades de atuação cidadã e democrática, que é o verdadeiro sentido de educação integral. Pois, não é o conteúdo em si que importa, mas a compreensão crítica desse conteúdo, ao passo que, somos seres subjetivos.

Portanto, todo o conhecimento que nós produzimos, pode ser questionado e formar novos conhecimentos.

Logo, com base nas colocações da **Educadora 1**, podemos afirmar que existe a intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2016) do que foi dito por ele(a), com o que diz o **Guia de Orientações da EJA** (PARAÍBA, 2020), no tocante as inovações metodológicas do programa. O que é bom, pois, nos mostra que na prática, mesmo que de maneira sucinta, os alunos estão se tornando protagonistas das suas aprendizagens.

Contrapondo-se a esse pensamento inovador da educação de jovens e adultos no estado da Paraíba, o **Educador 2** pontua que o Programa Ser EJA Cidadã veio para facilitar a vida do aluno, por se opondo aos assuntos pragmáticos de ensino. Por isso ele considera que o ensino considerado normal era melhor do que o atual. Refletindo mais uma vez o pensamento arcaico da educação tradicional, que pode ser fruto da formação que esse professor recebeu.

A questão levantada mais uma vez é a de que existe a necessidade de uma concepção concreta do que é o Programa Ser EJA Cidadã, e quais as suas finalidades, por parte de todos aqueles que compõe a comunidade escolar. Pois, assim como o educador em questão, outros educadores também possuem esse mesmo pensamento e estão atuando no programa. O que é ruim, porquanto que, não temos como proporcionar um ambiente de formação integral dos sujeitos da EJA se não compreendemos que as inovações pedagógicas servem para ajudarna aquisição do conhecimento sistematizado desses sujeitos, sem negá-lo. Pelo contrário, caminhando de mãos dadas e embasando o processo formativo de significância.

Desse modo, ressaltamos que, quando o currículo é visto pelo viés social, político e educativo, ele “pode adquirir outros significados e outros sentidos” (SILVA, 2007, p. 9), que superem os interesses meramente econômicos existentes na educação, subsidiando as respostas para problemas sociais, melhorando, por consequência, a qualidade do ensino e da formação humana. Principalmente na EJA, que necessita de um olhar atencioso, tendo em vista a sua precarização ao longo dos planejamentos educacionais.

Mas, quando o currículo da EJA não toma esse viés, as consequências são graves e trazem danos, muitas vezes irreversíveis, para a modalidade e seus sujeitos, que acabam introjetando as falácias preconceituosas da classe opressora. Perpetuando esse círculo vicioso que é a descrença na EJA como modalidade fundamental no caminho da mudança social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a nossa análise, buscamos compreender como o Programa Ser EJA Cidadã possibilita a educação integral dos sujeitos da EJA no estado da Paraíba. Obtivemos como resposta a confirmação de que a sua metodologia de ensino, de fato, pautasse na formação integral dos sujeitos da EJA, porquanto que, em seus discursos, se opõe ao modelo tradicionalista de ensino e aprendizagem, que antes era oferecido para a modalidade da EJA.

Todavia, ao nos debruçarmos sobre as entrevistas, pudemos constatar que há a desassociação do discurso com relação à prática escolar, uma vez que, existem lacunas a serem superadas para que o programa se concretize enquanto política pública de educação integral, pois, falta uma compreensão concreta do que é a educação integral, bem como falta uma concepção concreta do que é o Programa Ser EJA Cidadã. Tanto por parte dos educadores quanto por parte da gestão escolar. Além do que, o programa não tem sido assistido devidamente pela Gerência Executiva da EJA, nem pela SEECT e faltam materiais didáticos para trabalhar com os educandos da EJA.

Com base nas análises do Guia de Orientações da EJA (PARAÍBA, 2020) e das Diretrizes Operacionais das Escolas do Estado (PARAÍBA, 2020), constatamos que a implantação do Programa Ser EJA Cidadã foi o resultado da necessidade de reformulação da modalidade EJA, no estado da Paraíba, a fim de colocar o aluno no centro do seu processo educativo, tomando como eixo central do programa os seus sonhos, para que as suas necessidades não estejam à parte, mas sejam parte da formação deles. Reconhecendo-os como protagonistas da sua educação, onde os próprios educandos produzem o conhecimento, com base na pedagogia de projetos.

Identificamos alguns dos desafios que existem, desde a fase inicial do Programa Ser EJA Cidadã, para a modalidade da EJA. Estes precisam ser superados, posto que, são desafios básicos de acompanhamento da metodologia do programa, mas que, dificultam as melhorias no contexto educativo dos sujeitos da EJA. Posto que, de certa forma, acabam propagando a segregação histórica dos sujeitos da EJA.

Percebemos, que as possibilidades formativas do programa, que emergiram com a implementação do Programa Ser EJA Cidadã, ainda precisam de um olhar mais profundo e crítico por parte da comunidade escolar e da GEEJA, uma vez que, a educação integral proposta pela metodologia de ensino em questão, não deve ficar só nos discursos, mas deve acontecer no chão da escola, para que o programa não acabe e sirva de modelo para outras metodologias de inovação educacional.

Desse modo, pudemos constatar que o Programa Ser EJA Cidadã tem grandes possibilidades de se tornar uma referência para a educação de jovens e adultos com enfoque na formação integral desses sujeitos. Para isso, precisa compreender na prática a importância da bagagem cultural que cada indivíduo traz consigo, que é própria do tornar-se homem (FREIRE, 2019). Posto que, em seu discurso já existe essa compreensão.

Posto isso, o Ser EJA Cidadã pode desconstruir a marginalização (SAVIANI, 2012) que existe para com os sujeitos da EJA. Através do processo de tomada de consciência que a metodologia do programa propõe. Capaz de transformar alunos oprimidos em alunos pensantes, que ao compreenderem o que acontece no mundo a sua volta, poderão intervir nesse mundo. A fim de proporcionar também a cidadania plena desses alunos, visando a garantia e a efetivação dos seus direitos humanos.

De certo que, faltam alguns ajustes para que essa educação utópica aconteça dentro do contexto escolar, mas, os subsídios teóricos que já foram construídos no Programa Ser EJA Cidadã, abrem margem para essa outra educação possível. Por não restringir a educação de jovens e adultos ao ensino sistematizado dos conteúdos científicos. Por reconhecer que os sujeitos da EJA possuem desejos próprios. Necessitando, portanto, de uma metodologia própria de ensino e aprendizagem, que promova a construção das identidades individuais e coletivas destes. Para que eles se encontrem dentro dos seus processos formativos.

Embora esse seja um caminho longo, não é impossível. E a análise do Programa Ser EJA Cidadã nos mostra isso. O que precisamos é melhorar o nosso olhar empático, capaz de nos levar ao lugar do outro, para que, com o outro, possamos lutar contra o sistema imposto a nós, pela sociedade de classes, que nos oferece um papel pronto e acabado, mas que não é destino dado e pode ser desfeito através da educação crítica.

Sendo assim, acreditamos na educação, enquanto instrumento fundamental no caminho da mudança que a nossa sociedade necessita, principalmente para com os sujeitos da EJA, que, por algum motivo, foram abastados do seu direito básico de educação. Desse modo, tratar a EJA como política pública de educação integral é um dever moral da nossa sociedade, buscando reparar os danos causados a esses sujeitos, para que eles se integrem no todo social do qual fazem parte e, mesmo assim, não se sentem parte.

Finalmente, consideramos relevantes os apontamentos da nossa pesquisa, pois, eles nos possibilitam uma compreensão teórica e metodológica mais aprofundada acerca das intenções do Programa Ser EJA Cidadã no nosso estado da Paraíba, posto que, esse é um programa pouco abordado nos trabalhos acadêmicos. Portanto, entendemos que ainda existem muitos

questionamentos a serem feitos sobre o programa, que ficarão para momentos futuros e não se esgotam aqui.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: Construção coletiva: **contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, p. 221-230, 2008.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as Escolas Fazem as Políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa/PR: Editora UEPG, 2016.
- BARROS, M. C. M. S.; GUEDES, J. T.; ANDRADE, M. P. **A educação de jovens e adultos sob um olhar reflexivo**: ângulos de visão e pedras pelo caminho. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, [S. l.], v. 11, n. 11, 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.
- BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Aprova o **Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação**. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.
- CRUZ, E.; GONÇALVES, M. R.; OLIVEIRA, M. R. **A educação de jovens e adultos no Brasil**: políticas e práticas. Biblioteca. Educação Pública. 2012. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html> Acesso em: 07 de jul de 2021.
- CURY, C. R. J. **Caros colegas de trabalho, prezadas professoras, alunos e alunas da Educação de Jovens e de Adultos (EJA)!** Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/eja/pgm5.htm>.
- DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, SP, n. 55, p. 58-77. 2001.
- DINIZ, I. B. e SILVA, C. R. **O método dialético e suas possibilidades reflexivas**. EDUEP, 2008.
- DUTRA, T.; MOLL, J. **A educação integral no Brasil**: uma análise histórico-sociológica. Revista Prática Docente, v.3, n.2, p. 813-829, jul/dez 2018.
- ELIAS, J. Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: UNB, 2016.

FERREIRA, D. de F.; DE CAMPOS, A. M. **Educação de jovens e adultos como educação popular: direito a ser conquistado.** Crítica Educativa, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 66–77, 2018. DOI: 10.22476/revcted.v3i3.286.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** 58. Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 67. Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FONSÊCA, F. do N. Os sujeitos da educação de jovens e adultos: implicações para a prática educativa. In: ALVES, Eliane Ferraz; SILVA, Severino Bezerra da; SILVEIRA, Maria Claurênia Abreu de Andrade (Orgs.). **Alfabetização de jovens e adultos: discussões metodológicas, sócio-históricas e linguístico-textuais.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, p. 155-171.

FONSECA, S. G. Uma viagem ao perfil e a identidade dos alunos e do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Pedagogia Online.** 2010. Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1234#.VjNH_NKrTMz.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 8. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIEDRICH et.al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas.** Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GADOTTI, M. **Educar para um outro mundo possível.** São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GANDIN, D. **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade.** Currículo sem fronteiras, v. 1, n. 1, PP. 81-95, Jan/Jun 2001.

GERHARDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GOMES, E. S. L. G.; LIMA, M. F. L.; SILVA, P. N. G. S. **Estudo e pesquisa monográfica.** João Pessoa: Edufpb, 2004.

HADDAD, S. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

HENZ, I. C. Paulo Freire e Educação Integral: cinco dimensões para (re)humanizar a educação. Texto extraído do livro **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos/ Jaqueline Moll ... [et al.]**. – Porto Alegre: Penso, 2012.

KLUMB O. R. M. Educação Integral como Política Pública: a sensível arte de (re)significar os tempos e espaços educativos. **Texto extraído do livro Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos/ Jaqueline Moll ... [et al.]**. – Porto Alegre: Penso, 2012.

KRUPPA, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOLL, J. Agenda da Educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. Texto extraído do livro **caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos/ Jaqueline Moll ... [et al.]**. – Porto Alegre: Penso, 2012.

MOTA, A. C. Projetos pedagógicos. **Jornal Mundo Jovem**, nº 373, p. 7, fev. 2007. Disponível em: <http://www.mundojovem.com.br/projetos-pedagogicos/projeto-projetos-e-interdisciplinaridade>.

PAIVA, J. **Direito à educação de jovens e adultos: concepções e sentidos**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29, 2006, Caxambu. Anais da 29ª Anped. Caxambu, 2006.

PARAÍBA. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba**. João Pessoa, 2020.

PARAÍBA. **Guia de Orientações da EJA**. João Pessoa, 2020.

PIMENTA, S. G. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PRADANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSA, M. V. de F. P. C. e ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, jan./abr. 2007.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).

SILVA, E. J. L.; NETO, J. B. **Prática discursiva de formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos em uma experiência de educação popular**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TEIXEIRA, A. S. **Educação não é privilégio**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

TOZETTO, S. S. **Docência e formação continuada**. In: XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 2017, Curitiba. Anais [...]. Curitiba, 2017. p. 24537-24549.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DA PESQUISA DE CAMPO

Este roteiro foi elaborado para o trabalho de conclusão de curso intitulado: **“O PROGRAMA SER EJA CIDADÃ E AS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA OS SUJEITOS DA EJA NO ESTADO DA PARAÍBA”**.

Realizado por Joana Karoline da Silva Elias, estudante do 9º período do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e, pelo professor Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva, do Departamento de Fundamentação da Educação. A fim de discutirmos como o programa Ser EJA Cidadã possibilita a educação integral dos sujeitos da EJA no estado da Paraíba. Informamos que a sua participação será voluntária e seu nome será mantido em sigilo.

QUESTÕES:

1. Qual a sua formação?
2. Trabalha há quanto tempo como professor do estado da Paraíba?
3. O que você compreende por educação integral?
4. Qual a sua concepção do Programa Ser EJA Cidadã? Ele possibilita a formação integral dos sujeitos? Como?
5. Houve acompanhamento do programa Ser EJA Cidadã na escola que você trabalha?
6. A construção pedagógica do Programa Ser EJA cidadã teve participação da comunidade escolar e dos sujeitos da EJA?
7. Quais os desafios encontrados na implantação do Programa Ser EJA Cidadã na sua escola?
8. Como foi a adesão ao Programa Ser EJA cidadã na escola que você atua? Teve alguma formação de professores?

9. Você avalia o Programa Ser EJA cidadã como uma política pública de educação integral? Por quê?
10. Você consegue identificar mudanças pedagógicas na escola depois que ela aderiu ao programa? Quais?

APÊNDICE B – TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **“O PROGRAMA SER EJA CIDADÃ E AS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA OS SUJEITOS DA EJA NO ESTADO DA PARAÍBA”**.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- O título do trabalho;
- O objetivo geral: discutir como o programa Ser EJA Cidadã possibilita a educação integral dos sujeitos da EJA no estado da Paraíba;
- Ao voluntário só caberá à autorização para responder a entrevista semiestruturada e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário;
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial;
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo;
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial;
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) 99894-0573.

Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma. Vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor dele, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura do orientador responsável

Assinatura do Participante